

NAYARA CHAVES DE LIMA

**AÇÕES COLABORATIVAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA ESCOLA ESTADUAL PAULO MARANHÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica, na Linha de Pesquisa Currículo da Escola Básica.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Belém/PA

2019

NAYARA CHAVES DE LIMA

**AÇÕES COLABORATIVAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA ESCOLA ESTADUAL PAULO MARANHÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica, na Linha de Pesquisa Currículo da Escola Básica.

Aprovada em: 22/11/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Genylton Odilôn Rêgo da Rocha – PPEB/UFPA
Orientador

Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Sousa – PPEB/UFPA
Avaliadora Interna

Profa. Dra. Luanna Tomaz de Souza – PPGD/UFPA
Avaliadora Interna

Prof. Dr. Flávio Corsini Lírio – PPGED/UFRR
Avaliador Externo

Em tempos tão sombrios, dedico este trabalho para todos que lutam e resistem pela dignidade da vida humana e para que os direitos humanos de todas e todos possam ser garantidos. Dedico este trabalho para aqueles que estão lutando pela Democracia Brasileira perante o retrocesso do conservadorismo e de uma falsa moral estabelecidos pelo fascismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus que esteve ao meu lado durante este ciclo e que colocou tantas pessoas queridas e iluminadas que não soltaram minha mão mesmo eu querendo muitas vezes soltá-las, para elas minha gratidão eterna, entre elas:

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, que nunca me abandonou em meio as minhas crises de confiança, que acreditou na minha capacidade mesmo quando nem eu acreditava mais. Nunca vou ser capaz de retribuir tudo que esta pessoa fez por mim, além de ser um exemplo de compromisso com a docência. Uma honra e privilégio ser orientada por ele sempre, minha gratidão eterna;

À minha tia/mãe Carmen Chaves que sempre acreditou em mim e me deu todo o suporte e amor para que eu pudesse ter esse privilégio de sonhar com a pós-graduação como todos os sonhos que já tive;

Ao meu amor Francisco de Luna que caminha comigo todos os dias tantos anos e que é a real definição companheirismo e sonho. Você me inspira, amor! Gratidão por todo apoio e por lembrar sempre da minha capacidade em concluir esse ciclo;

Ao todo povo da Rádio Margarida que me iniciou nessa vida de enfrentamento da violência sexual e que mesmo nas minhas ausências estes dois anos, acreditaram neste meu momento de formação;

À Psicóloga Vânia Celedônio que ressurgiu na minha vida e que através de seu trabalho me fez não dar mais espaço para meus pensamentos disfuncionais de ansiedade e que me fez compreender que o pensamento gera sentimento que gera a ação. Vou levar para vida!

Aos meus amigos/irmãos de orientação Eliézer e Welma. Não teria conseguindo sem o apoio de vocês! Caíamos juntos e levantávamos juntos também! Gratidão pela parceria sempre, cuidado e afeto;

À minhas queridas “MANAS” Lívia, Nádia, Júlia e Luciana que foram apoio, amizade, risada, sororidade e afeto durante este ciclo. Que presente lindo do destino esse nosso encontro de vida! “Amo cada universo que existe em vocês”;

Ao grupo de estudos INCLUDERE, em especial a todos que fizeram e fazem parte do PET Interdisciplinar Conexão de Saberes. Gratidão por tantos momentos juntos de tantas trocas e aprendizado.

Aos amigos da turma de 2017 pela oportunidade de tantas trocas de experiências na educação, em especial à Cristiane, Eliana, Vanessa e Nazaré;

À querida amiga Thais Mercês pelas trocas e conversas tão profundas que me auxiliaram um tanto. Gratidão Thais!

A representação discente do PPEB pelo apoio fundamental para conclusão desse ciclo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, em especial Prof. Dr. Fabrício Carvalho, Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro e Profa. Amélia Mesquita que são inspiração para mim de pesquisadores pela excelência e compromisso com a educação.

À Profa. Dra. Luanna Tomaz (PPGD-UFPA), à Profa. Dra. Émina Santos (PPEB-UFPA) e Profa. Dra. Graça Silva (PPGED-UEPA) que participaram do momento de qualificação desta dissertação, gratidão pelas observações apontadas que com certeza contribuíram para a conclusão da mesma;

Aos Professores Dr. Flávio Lírio (PPGED-UFRR), Dra. Fátima Souza (PPEB-UFPA), Dra. Luanna Tomaz (PPGD-UFPA) que aceitaram fazer parte do momento da defesa deste trabalho.

A todos os professores da Escola Estadual Paulo Maranhão que participaram e confiaram na PESQUISA COLABORATIVA em especial ao Diretor, Professor Maradei Santos, que abriu as portas da escola para mim;

À CAPES que no último ano de curso me disponibilizou uma bolsa, a qual me oportunizou me dedicar à pesquisa com muito mais segurança;

A todos que cruzaram meu caminho de alguma maneira que fizeram ser quem sou hoje.

Gratidão sempre!

***A função da escola também é recuperar a
humanidade tirada de muitas crianças.***

Miguel Arroyo

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo principal refletir o processo de formação de professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado a partir da preposição da Pesquisa Colaborativa e o objeto de estudo desta pesquisa foi a própria formação de professores para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A abordagem metodológica utilizada foi pautada no paradigma qualitativo, onde se lançou mão de momentos formativos para os docentes, que foram impulsionados pela metodologia da Pesquisa Colaborativa. Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes técnicas: observação e grupo focal e os dados foram analisados a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo. As questões de investigação que guiaram esse processo foram as seguintes: Quais ações de formação foram implementadas na Escola Estadual Paulo Maranhão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da realização da pesquisa colaborativa?; Quais resultados essas ações de formação incentivadas pela pesquisa colaborativa alcançaram e Qual é a perspectiva de sustentabilidade do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola a partir da formação? Este processo investigativo impulsionou momentos de planejamento, sensibilização, formação e prospecção de ações nos quais foi possível fazer a reflexão da prática de professores para o enfrentamento a violência sexual pois, a partir dos conhecimentos científicos compartilhados durante as formações foram desmistificadas afirmações do senso comum do imaginário dos docentes, fazendo assim com que os professores possam elaborar ações de enfrentamento futuras. Deste modo como resultado da pesquisa foram realizados vários momentos de formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Porém, é importante destacar que para que essas práticas de enfrentamento da violência sexual possam ter sustentabilidade, é necessária que ações de suporte ao enfrentamento precisam ser constantes e pautadas por políticas públicas educacionais.

Palavra Chaves: Pesquisa colaborativa – Formação de Professores – Enfrentamento – Violência sexual contra crianças e adolescentes.

ABSTRACT

This dissertation had as main objective to reflect the process of formation of teachers of the State School Paulo Maranhão for the confrontation of the sexual violence against children and adolescents realized from the preposition of the Collaborative Research and the object of study of this research was the formation of teachers for coping with sexual violence against children and adolescents. The methodological approach used was based on the qualitative paradigm, where training moments were used for teachers, who were driven by the methodology of Collaborative Research. For data collection, the following techniques were used: observation and focus group and the data were analyzed from the assumptions of Content Analysis. The research questions that guided this process were the following: What training actions were implemented at the Paulo Maranhão State School to promote the confrontation of sexual violence against children and adolescents from the realization of the collaborative research ?; What results have these training actions encouraged by collaborative research achieved and What is the sustainability perspective of coping with sexual violence against children and adolescents at school after training? This investigative process boosted moments of planning, sensitization, training and prospection of actions in which it was possible to reflect on the practice of teachers to face sexual violence because, from the scientific knowledge shared during the training, statements from the common sense of the teachers' imaginary, thus enabling teachers to develop future coping actions. In this way, as a result of the research, several moments of teacher training were carried out to face sexual violence against children and adolescents. However, it is important to highlight that in order for these sexual violence coping practices to be sustainable, it is necessary that actions to support coping must be constant and guided by public educational policies.

Key Words: Collaborative research - Teacher training - Coping - Sexual violence against children and adolescents.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01	Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 e 2018 segundo grau acadêmico.	p.19
Quadro 02	Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 e 2018 segundo as áreas de conhecimento.	p.19
Quadro 03	Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 - 2018 dentro da área de conhecimento de educação.	p.20
Quadro 04	Produção acadêmica com a temática sobre violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2000 - 2018 dentro da área de conhecimento de educação que tinham como estratégia a formação de sujeitos sobre a temática.	p.23
Quadro 05	Possíveis indicativos que se manifestam em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	p.32
Quadro 06	“Relação comercial” da exploração sexual de crianças e adolescentes	p.35
Quadro 07	Atribuições referentes ao enfrentamento da violência sexual no espaço escolar	p.36

Quadro 08	Condições da pesquisa colaborativa e suas correspondências dentro da pesquisa realizada	p.53
Quadro 09	Definição dos instrumentos de coleta de dados conforme momento da pesquisa	p. 57
Quadro 10	Bairros mais populosos de Belém em 2010	p.60
Quadro 11	Estruturação Do 1º Grupo Focal	p.66
Tabela 01	Quantitativo de Professores Participantes por Disciplina no Momento Formativo	p.77
Tabela 02	Quantitativo de Professores Participantes por Disciplina No Momento Reflexivo	p.81
Quadro 12	Estruturação do 2º Grupo Focal	p.87

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 01	Processo de construção de conhecimento nos Grupos Focais	p.55
Figura 01	Fachada da Escola Estadual Paulo Maranhão	p.59
Figura 02	Mapa de localização da Escola Estadual Paulo Maranhão no bairro do Guamá	p.60
Figura 03	Consulta de matrículas de 2019 da Escola Estadual Paulo Maranhão	p.61
Figura 04	Sensibilização com Professores na Escola Estadual Paulo Maranhão	p.73
Figura 05	Sensibilização com Professores na Escola Estadual Paulo Maranhão	p.74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CACBA	Centro Artístico Cultural Belém Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CEEVSCCA	Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EQP	Escola que protege
FASEPA	Fundação do Atendimento Socioeducativo do Pará
FUNCAP	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
INCLUDERE	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PET	Programa de Educação Tutorial
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEVSCCA	Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	15
2. A ESCOLA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: conceitos e reflexões necessárias para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes	28
2.1 O papel histórico da instituição escolar na formação dos sujeitos	28
2.2 Conhecendo as diferentes práticas de violência sexual e os seus reflexos psicossociais e físicos	31
2.3 A escola dentro da rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	38
2.4 A Formação Continuada de professores como elemento impulsionador do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	46
3. TRILHA METODOLÓGICA PARA A REALIZAÇÃO DO MOVIMENTO COLABORATIVO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	50
3.1 Definições e conceituações metodológicas para o processo de pesquisar/colaborar.....	51
3.2 Apresentando o espaço lócus do pesquisar/colaborar: Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Maranhão (Belém/PA).....	62
4.MOVIMENTO DA PESQUISA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA ESTADUAL PAULO MARANHÃO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	66
4.1 Primeiros passos: acordos, planejamento e estratégia de recrutamento dos participantes	66
4.1.1 A Escola Estadual Paulo Maranhão e a rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	68
4.1.2 As necessidades formativas dos docentes da Escola Estadual Paulo Maranhão	70
4.1.3 Definindo a estratégia de recrutamento dos participantes do movimento pesquisar/colaborar.....	72
4.2 Sensibilização dos docentes: conhecendo a violência sexual contra crianças e adolescentes para enfrentá-la	73
4.3 Formação docente e autorreflexões: construção de uma prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes baseada em conhecimentos científicos	77

4.3.1 Momento formativo: empoderando professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	77
4.3.2 Momento reflexivo: refletindo e exercitando a prática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	82
4.3.3 A naturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes mediante ao cotidiano social	85
4.3.4 Atribuições da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	86
4.4 Prospecção da sustentabilidade da prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na Escola Estadual Paulo Maranhão: entre limites e possibilidades	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: reflexões do movimento de pesquisar/colaborar	93
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS	103
APÊNDICES.....	106

1. INTRODUÇÃO

Este processo da pesquisa aqui relatado, começou a se tecer muito antes da minha aprovação no mestrado. Foram tanto experiências e vivências profissionais quanto pessoais que me conduziram a estudar profundamente a temática proposta. O meu primeiro encontro com a defesa dos Direitos Humanos de meninas e meninos foi muito tímido e meramente profissional. Eu que, durante a graduação de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), sonhava em trabalhar em ambientes não escolares, tive uma grata surpresa ao me ver acreditando e lutando por uma vida digna de crianças e adolescentes através da instituição escolar. Talvez, este desejo, que por muito tempo ficou adormecido, tenha sido influenciado por minha mãe (*in memoriam*) Maria de Deus Chaves de Lima, assistente social da antiga Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), atualmente conhecida como Fundação do Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), que por muitas vezes a ouvia falar sobre essas temáticas dentro de casa, mesmo sem entender as marcas que essas falas deixariam em mim, ainda na juventude. Diante disso, reafirmo que o caminho de encontro com a pesquisa dentro da temática já estava sendo desenhado muito antes da minha vida acadêmica, da minha descoberta como “pesquisadora” e do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Essa identificação com a temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, pulsou muito mais forte, especificamente, com a minha entrada para o quadro de colaboradores do Centro Artístico Cultural Belém Amazônia (CACBA), popularmente conhecido como ONG Rádio Margarida, que é uma entidade de organização civil fundada pelo Prof. Dr. Osmar Pancera, que desde 1991 desenvolve projetos, pesquisas e ações envolvendo principalmente temáticas ligadas aos Direitos Humanos por intermédio do método da Educação Popular que consiste, particularmente, na utilização de Arte Educação como ferramenta de trabalho. Sobre este método, o próprio fundador pontua que:

As categorias do método: comunicação + sentimento + ação transformadora, são decodificadas em seu movimento de criação e representação de textos teatrais, músicas, programas de rádio, roteiros de vídeo, guias de orientação de utilização de materiais educativos e processos pedagógicos de fazer apreendendo-compartilhando (PANCERA, 2009, p. 41-42).

Na oportunidade desse primeiro contato, eu era estagiária do Projeto Novas Práticas Educativas, executado pela ONG e financiado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) na Escola Estadual Palmira Gabriel, localizada no bairro do Tenoné, em 2011. Como esse foi o meu primeiro real contato com a temática, lembro-me de ficar anotando os conceitos que a ministrante da oficina, Karina Faria, que na época era assistente social do Movimento República de Emáus, compartilhava com os grupos de adolescentes participantes do projeto e na volta da escola eu aproveitava para conversar e tirar o grande volume de dúvidas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, visto que já estava no meu último ano do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPA e em nenhuma das disciplinas do currículo do curso havia acontecido qualquer tipo de diálogo que colocasse a escola como parte da Rede de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes ou qualquer outro tipo de violações de direitos.

Como a Rádio Margarida também produz materiais educomunicativos, compõe o Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCCA) e o Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Pará (CEDCA/PA), a convivência com jornalistas, assistentes sociais, arte-educadores e outros profissionais oportunizou um mergulho mais aprofundado dentro de temáticas que envolvessem os direitos de meninos e meninas, dentre elas o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Tanto que logo depois fui Colaboradora Pedagógica desse mesmo projeto na Escola Estadual Magalhães Barata, localizada no bairro do Telegrafo, em 2012, como também passei a assessorar a produção desses materiais educativos como videoaulas, radionovelas, *spots*¹ e guias educativos.

Em 2014, assumi o cargo de Coordenadora Geral do Projeto Comunicação Jovem, também realizado pela ONG, na Escola Estadual Ramiro Olavo de Ribeiro Castro, localizada no bairro da Guanabara, no município de Ananindeua, mas, dessa vez, com o financiamento do Instituto Camargo Corrêa, em decorrência das obras de prolongamento da Avenida João Paulo II. Ressalta-se que tanto o projeto Novas Práticas Educativas quanto o projeto Comunicação Jovem tinham como base a realização de oficinas com os adolescentes sobre a temática de violência sexual

¹ Spot é uma gravação em áudio de no máximo um minuto com informações bem objetivas, pode-se utilizar de diálogos, enredos teatrais e sonoplastia para que a informação chegue ao ouvinte de maneira clara.

contra crianças e adolescentes, o que me fez perceber rapidamente a carência de informações acerca desse tema, não somente pelos professores, como também de toda a comunidade escolar.

Em paralelo ao último projeto, ingressei na Especialização “Escola que Protege” (EQP), na Universidade Federal do Pará, oportunidade esta que me proporcionou um aprofundamento teórico e acadêmico sobre a temática em questão, que resultou como trabalho de conclusão do curso um Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola Ramiro Olavo que tinha como objetivo dar uma continuidade ao Projeto Comunicação Jovem, só que dessa vez colocou-se a formação de professores e de outros sujeitos da comunidade escolar como objeto. Outro ponto que também me incentivou pela escolha deste tema foi a experiência como docente do Curso de aperfeiçoamento “Empoderando Comunidades Escolares Paraenses para o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, viabilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE), no qual possibilitou-se dialogar com diversos profissionais da educação do interior do estado do Pará sobre a urgência e necessidade de formação constante para enfrentamento deste tipo de violência.

Todas essas experiências relatadas até aqui me sensibilizaram a pesquisar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, como também relacionar seu enfrentamento no espaço escolar e seus sujeitos envolvidos como o currículo da Educação Básica, na perspectiva que a escola e seus elementos são fundamentais no enfrentamento desse tipo de violência. É notório que a escola e seu currículo educacional encontram-se silenciados diante as violações de direitos que crianças e adolescentes tem vivenciado e, no caso mais específico, a violência sexual.

Já como aluna do PPEB, mais especificamente nas aulas da Disciplina de Atelier de Pesquisa I, ministrada pelos Prof. Dr. Genylton Rocha, Prof. Dr. Marcio Raiol, Profa. Dra. Amélia Mesquita e Profa. Dra. Clarice Nascimento, constatee imediatamente a inviabilidade de execução do projeto o qual eu havia submetido no processo seletivo para o ingresso no curso. Esta constatação somou-se com as sessões de orientações, nas quais sempre foi discutida a produção de uma investigação ampla e aprofundada, na qual não seria justificado somente apontar que a escola não realizava o enfrentamento à violência sexual contra crianças e

adolescentes e culpar os professores e gestores, mas sim, através desta pesquisa colaborar com esta instituição, de alguma forma, para que esse enfrentamento pudesse acontecer através de uma proposta de intervenção colaborativa.

Na oportunidade da vivência de grupo de pesquisa, o objeto de investigação foi se tornando mais palpável para mim, através das ações do Grupo de Estudos INCLUDERE e Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes por meio do projeto “Ações Colaborativas entre a Universidade e Escolas Públicas para o Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes”, realizado desde abril de 2017, cujo objetivo geral se configura em:

Promover, utilizando-se de estratégias que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, por meio de ações colaborativas entre a Universidade e escolas públicas, que contribuam para o desenvolvimento de experiências metodológicas e práticas docentes, de caráter inovador e/ou exitosas por parte dos bolsistas do GRUPO PET-UFPA INTERDISCIPLINAR CONEXÕES DOS SABERES.

Essas estratégias são compostas por sessões de estudo, cine-debates, oficinas sobre a temática para discentes e público externo à UFPA, principalmente de professores e outros sujeitos da comunidade escolar, como também as ações colaborativas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes que estão sendo realizadas com algumas escolas públicas da Região Metropolitana de Belém pelos próprios bolsistas, sobre as quais emergiu, mais uma vez, a necessidade urgente de formação de professores e professoras para esta temática.

Diante dessas experiências com os sujeitos que fazem parte da escola ou farão parte dela, a vontade de fazer uma pesquisa de intervenção sobre essa temática se tornou ainda maior diante da relevância social que tal investigação possui, visto que as questões de investigações que envolvem o enfrentamento à violência sexual não são apenas curiosidades científicas ou acadêmicas, mas sim questões que problematizam uma questão social e real que envolve milhares de vidas de crianças e adolescentes pelo Brasil e pelo mundo.

Para tanto, acredito na pesquisa de caráter de intervenção que objetiva somar forças à Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, pois estudos já realizados² pontuam que esse enfrentamento não ocorre de forma mais efetiva pela instituição escolar. Desse modo, esta pesquisa apresenta grande relevância, tendo em vista que ela não aponta a instituição escolar

² Levantamento de produção acadêmica exposto ainda nessa seção.

e seus sujeitos como irresponsáveis ao negligenciar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e sim, em contrapartida, nesta pesquisa foi proposta, de forma colaborativa, a formação de professores como um primeiro passo para a prática de enfrentamento.

Em nenhum momento esta pesquisa se configurou como a única maneira correta de fazer o enfrentamento pela escola ou um protocolo a ser seguido. Na verdade, a pesquisa foi uma iniciativa coletiva e colaborativa de somar com a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes e reafirmar que é responsabilidade de todos os setores da sociedade contribuir com o enfrentamento, assim como preconiza a Constituição Federal (1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Este estudo também se mostrou de acordo com os próprios objetivos do PPEB/UFPA, pois, de acordo com o regimento do programa, aprovado pela Resolução de 4.721, de 24 de setembro de 2015 do Consepe, os Objetivo I e Objetivo II discorrem que:

- I – promover estudos e pesquisas sobre o campo educacional, bem como socializar essa produção científica, em diversos espaços e de diferentes formas;
- II – propor reflexões acerca dos principais problemas que caracterizam a Educação Básica Amazônica Nacional;

Diante disso, esta investigação científica apresenta relevância social, visto que ela se propôs a criar estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no que se refere ao âmbito escolar, como também possuiu relevância acadêmica, tendo em vista que estas estratégias estarão pautadas no conhecimento científico por intermédio de seus métodos e técnicas, além do seu ineditismo quanto a produção científica que será melhor evidenciado a partir do levantamento a seguir.

Dentro da temática de violência sexual contra crianças e adolescentes, em consulta às pesquisas acadêmicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível levantar 133

pesquisas entre os anos de 2000 - 2018, com os seguintes termos como buscador dentro do referido banco de dados:

- “Violência sexual contra crianças e adolescentes”;
- “Abuso sexual contra crianças e adolescentes”;
- “Exploração sexual contra crianças e adolescentes”.

Para organização da pesquisa, determinou-se 2000 como o ano inicial de busca, dado que neste ano foi aprovado, pelo Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCCA), que possui eixos e objetivos estratégicos para o enfrentamento da violência sexual envolvendo a esfera pública e a sociedade civil nessa missão, o qual se configurou um marco histórico no enfrentamento desse tipo de violência. Como ano final de busca foi delimitado o ano de 2018, o qual foi o ano em que a pesquisa aqui proposta se concretizou. Quanto os tipos de produção científica, elencou-se trabalhar com as categorias disponíveis (Doutorado, Mestrado, Mestrado Profissional e Profissionalizante) no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, conforme o quadro seguir (Quadro 1):

Quadro 01 – Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 e 2018 segundo grau acadêmico.

Doutorado	Mestrado	Mestrado Profissional	Profissionalizante	Total
29	98	3	3	133

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

De acordo com quadro 1, nota-se que há uma concentração nas investigações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Mestrados, sendo esse quantitativo três vezes maior que as pesquisas de Doutorado que envolvem essa mesma temática. Diante disso, pode-se sugerir que nos estudos acerca desta temática não há uma verticalização ou continuidade a partir do nível de Mestrado. E quanto às áreas de conhecimento dessas pesquisas, foi constatada a seguinte divisão entre as produções acadêmicas (Quadro 2):

Quadro 02 - Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 e 2018 segundo as áreas de conhecimento.

Administração	Antropologia	Comunicação	Direito
3	1	4	3
Educação	Enfermagem	Interdisciplinar	Letras/ Linguística
21	7	4	3
Medicina	Planejamento Urbano e Regional	Política Internacional	Psicologia / Psicologia Social
3	5	1	33
Saúde Coletiva/Saúde e Biológicas/Saúde Materno Infantil	Serviço Social	Sociais e Humanas/ Sociologia	TOTAL
14	17	14	133

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019).

Diante das informações expostas no quadro acima, nota-se que a temática da violência sexual é de interesse de investigação de várias áreas de conhecimento, o que já é esperado, pois a compreensão e o enfrentamento a esse tipo de violência necessitam da mobilização das mais diversas áreas de conhecimento.

Como esta pesquisa está inserida na área educacional, foi possível realizar o levantamento de 21 produções científicas (Quadro 3), entres teses e dissertações, que discutem a violência sexual contra crianças e adolescentes com objetivo de visualizar como a temática está sendo tratada pelos pesquisadores em educação do Brasil, são elas:

Quadro 03 - Produção acadêmica com a temática sobre “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” entre os anos de 2000 - 2018 dentro da área de conhecimento de educação.

Título	Natureza	Autor(a)	Instituição	Ano
Violência sexual contra a criança e o adolescente: desconstruindo mitos, construindo práticas no cotidiano escolar.	Dissertação	MARTIN, Maria Izabel Devos	Universidade Federal do Espírito Santo	2007
Entre o horror, a indignação e o enfrentamento: a concepção dos educadores acerca da violência sexual infanto-juvenil.	Dissertação	CUNHA, Roseana Cavalcanti da	Universidade Federal da Paraíba	2007
Prevenção primária de abuso sexual: avaliação da eficácia de um programa com	Tese	Padilha, Maria da Graça Saldanha	Universidade Federal de São Carlos	2007

adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar				
Des-atando os nós: violência sexual e internet nos sentidos atribuídos pelos jovens	Dissertação	FÁVERO, Rutinelli da Penha	Universidade Federal do Espírito Santo	2009
Direitos Humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes.	Dissertação	BORGES, Alci Marcus Ribeiro	Universidade Federal do Piauí	2011
O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores.	Dissertação	MIRANDA, Fernanda Pimentel Faria de	Universidade Federal do Mato Grosso	2011
Violência sexual e a formação de educadores - uma proposta de intervenção	Dissertação	SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos	Universidade Estadual Paulista	2011
O olhar, a menina dos olhos, única e total - uma abordagem fenomenológica da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na interface da educação.	Tese	FERNANDES, Raquel Martins	Universidade Federal do Mato Grosso	2012
A Ecologia da Violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva	Tese	PIETRO, Angela Torma	Universidade Federal do Rio Grande	2013
Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento	Dissertação	IBIAPINA, Aricelma Costa	Universidade Federal do Pará	2013
Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de Ensino Fundamental do bairro do Guamá - Belém/PA	Tese	LÍRIO, Flávio Corsini	Universidade Federal do Pará	2013
Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar	Dissertação	VAGLIATI, Ana Carla.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2014
Educação e direitos humanos - trajetória de porto alegre no	Tese	MACHADO, Claudia	Pontifícia Universidade	2014

enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes			Católica do Rio Grande do Sul	
A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)	Tese	CASTRO, Marilene Maria De Aquino	Universidade Federal do Pará	2016
Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras – MA	Dissertação	LEAL, Cleumir Pereira.	Universidade Federal do Pará	2016
Livro "o que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças	Dissertação	MEYER, Caroline Arcari	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2017
Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)	Dissertação	MEURER, Indianara dos Santos	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2017
Do poder pastoral à delinquência: o professor enquanto agente do abuso sexual de crianças e adolescentes	Tese	MONTEIRO, Evanildo Lopes	Universidade Federal do Pará	2017
Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita	Dissertação	MORAES, Julianne Caju De Oliveira Souza	Universidade Federal de Mato Grosso	2017
Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão'	Tese	OLIVEIRA, Marcio De	Universidade Estadual de Maringá	2017
A educação sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná	Dissertação	LORENZI, Franciele	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2017

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019)

Como a pesquisa realizada possui caráter interventivo, foi possível destacar, sob o objetivo de fazer um paralelo que, entre essas 21 produções acadêmicas, notou-se que apenas duas pesquisas tinham um caráter de intervenção e formação de sujeitos mediante a investigação proposta, as quais são descritas no quadro (Quadro 4) a seguir:

Quadro 04 - Produção acadêmica com a temática sobre violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2000 - 2018 dentro da área de conhecimento de educação que tinham como estratégia a formação de sujeitos sobre a temática.

Pesquisa	Tipo de Intervenção	Destinatários da Intervenção
Pietro (2013)	Elaborar e executar um Programa Piloto de Intervenção direcionado a buscar estratégias de prevenção para os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.	Agentes da Rede Proteção de Crianças e Adolescentes da cidade de Rio Grande (RS)
Santos (2011)	Aplicar um programa de intervenção junto aos licenciados, visando uma formação profissional sobre a temática.	Alunos dos cursos de Educação Física, Licenciatura em Física e Pedagogia da UNESP (SP)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2018)

Apesar do caráter de intervenção através da formação de sujeitos, em nenhuma das duas pesquisas citadas acima ocorreu uma formação na qual a escola fosse o lócus central desse momento de formação profissional ou que, exclusivamente, os sujeitos destinatários da formação já atuassem no contexto escolar, fato que, certamente, limitou a discussão do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes realizado pela escola e na escola. Pontua-se que este é um dado relevante para que seja comprovado o ineditismo desta pesquisa.

Em paralelo, no que se refere às produções acadêmicas na área de conhecimento da Educação no contexto da Região Amazônica, levantou-se as seguintes pesquisas no banco de dados da Capes: Leal (2016), Barros (2016), Lírio (2013) e Ibiapina (2013); e Guedes (2012)³ - no Repositório da UFPA. Em nenhuma

³ Pontua-se que a pesquisa intitulada de “A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes” de Barros (2016) não aparece nos filtros “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, “Abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “Exploração sexual contra crianças e adolescentes” no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, somente aparece quando é colocado o filtro de “Exploração sexual” por este motivo é que ela não aparece no levantamento inicial.

delas há um momento colaborativo de formação dos sujeitos entre a universidade e a escola, sendo que Lírio (2013) é o único que coloca o município e Belém do Pará como lócus das atividades da pesquisa.

As pesquisas apontam que essa prática de enfrentamento a esse tipo de violência ainda não se tornou algo inerente a prática escolar. Nesse contexto, Guedes (2012) afirma que a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual não tem chegado a todos os/as educadores/as, muito menos ao contexto escolar, englobando efetivamente uma parcela pouco significativa, privilegiando mais diretores e coordenadores pedagógicos. Nesse sentido também, Lírio (2013) afirma que para a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes aconteça é necessário que as políticas de públicas de enfrentamento a esse tipo de violência não tenham mais como característica principal a fragilidade, para que, com isso, essa prática se torne cotidiano da escola.

Ainda sobre esse levantamento, percebe-se que o enfrentamento da violência sexual pela escola ainda não é realizado de maneira geral, e quando é realizado, não acontece através de ações colaborativas, limitando, assim, a escola como apenas um espaço que recebe a pesquisa, porém, que não a planeja, não a avalia, fatores que podem ocasionar uma falta de identificação dos sujeitos com as atividades propostas, diminuindo a eficácia dessas ações de enfrentamento.

A partir dessas constatações, elencou-se como objeto de análise nesta investigação a formação dos professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes através da metodologia da pesquisa colaborativa⁴. E por acreditar nessa forma de colocar a escola e seus sujeitos como protagonistas de suas ações de enfrentamento, as questões de investigações que guiaram esse processo de investigação foram:

1. Quais ações de formação foram implementadas na Escola Estadual Paulo Maranhão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da realização desta pesquisa colaborativa?

⁴ A Pesquisa Colaborativa é uma método de pesquisa de intervenção em que a formação de professores tem o objetivo de colaborar com a resolução de um problema evidenciado pela escola. Os fundamentos deste método serão melhores apresentados na seção 3 desta dissertação.

2. Quais resultados essas ações de formação incentivadas pela pesquisa colaborativa alcançaram?

3. Qual é a perspectiva de sustentabilidade do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola a partir da formação?

De acordo com esses questionamentos, delimitou-se como objetivo geral: refletir o processo de formação de professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado a partir da preposição da Pesquisa Colaborativa. E como objetivos específicos:

1. Analisar as ações de formação que foram implementadas pela escola para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da pesquisa colaborativa.

2. Avaliar os resultados das ações de formação para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da pesquisa colaborativa.

3. Identificar a perspectiva de sustentabilidade do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola a partir da formação proposta pela implementação da pesquisa colaborativa.

A organização deste relato de experiência colaborativa foi configurada da seguinte forma para melhor compreensão de todo movimento da pesquisa:

- **SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO:** Esta seção tem o objetivo de fazer a apresentação do meu encontro com o tema; demonstrar a relevância social e acadêmica da pesquisa; apresentar o levantamento de pesquisas realizadas dentro da temática e apresentar o objeto de estudo, questões de investigação, objetivo geral e objetivos específicos.

- **SEÇÃO 2: A ESCOLA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: conceitos e reflexões necessárias para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes:** Esta seção tem por objetivo de dialogar, a partir de levantamento bibliográfico, sobre a função social da escola na formação integral dos sujeitos a partir da defesa e garantia de seus direitos humanos; apresentação dos conceitos relacionados à violência sexual

contra crianças e adolescentes e a importância da escola ser um espaço protetivo através de sua prática.

- **SEÇÃO 3: DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DO MOVIMENTO COLABORATIVO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** Esta seção tem o objetivo de fazer a caracterização da pesquisa como qualitativa; apresentação dos pressupostos da Pesquisa Colaborativa e justificativa da sua escolha. Também foram apresentados os instrumentos de coletas de dados, o tipo de análise feita e apresentação do lócus da pesquisa.

- **SEÇÃO 4: MOVIMENTO DA PESQUISA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA ESTADUAL PAULO MARANHÃO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** Nesta seção foi apresentado o planejamento e as estratégias recrutamento dos participantes; foi realizada a apresentação da experiência formativa e dos conteúdos ministrados; perspectiva de sustentabilidade de ações de enfrentamento a partir da formação colaborativa realizada na escola.

- **SEÇÃO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS: reflexões do movimento de pesquisar/colaborar:** Nesta seção foram feitas as reflexões feitas mediante todo processo investigativo vivenciado através da metodologia da pesquisa colaborativa para somar com o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes realizado pela instituição escolar.

2. A ESCOLA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: conceitos e reflexões necessárias para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes

Nesta seção objetiva-se fundamentar teoricamente sobre o papel da escola na formação integral dos sujeitos, os conceitos que cercam a violência sexual contra crianças e adolescentes, como também discutir a escola como um espaço que consiga fazer, através de sua prática, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes constantemente pela forma de uma prática preventiva e o encaminhamento correto, quando houver suspeita ou confirmação de algum caso, para os órgãos e instituições competentes de atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ou de qualquer outro tipo de violação de direitos com o objetivo de minimizar qualquer sequela física ou psicológica para a criança ou adolescente e, também, fazer com que essa violência não interfira de maneira negativa na vivência escolar desse sujeito.

2.1 O papel histórico da instituição escolar na formação dos sujeitos

*“Eu tô aqui Pra quê?
Será que é pra aprender?(...)”⁵*

Levantar problematizações sobre a escola e seus elementos que a constituem não é uma tarefa fácil, pois este espaço e suas práticas são elementos tão naturalizados que parecem que são elementos primordiais que existem desde sempre e que não existem outras formas e possibilidades de aprendizagem, tanto que outros modelos de escola, como a “Escola da Ponte”⁶ em Portugal, em um primeiro momento desperta certo estranhamento e descrença de sua eficácia.

Para tanto, faz-se necessário levantar informações que nos indiquem para quem e por qual o motivo a instituição escolar, nos moldes que conhecemos, foi criada e para quem ela servia. Desse modo, é de fundamental importância que seja possível perceber a escola que conhecemos como uma construção histórica e uma “tradição inventada” assim como Canário (2005) pontua baseado na obra de

⁵ Trecho da letra “Estudo Errado” do cantor e compositor carioca de rap Gabriel O Pensador em que ele faz uma crítica a concepção tradicional de escola e educação.

⁶ Escola pública portuguesa que desde 1976 trabalha com a aprendizagem coletiva e comunitária através da autonomia dos seus sujeitos.

Hobsbawm e Ranger (1984) que cunhou essa expressão pela primeira vez e a conceituou como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 09).

Com tal afirmação, percebe-se escola como uma instituição permeada em suas práticas e representações de valores dogmáticos que muitas vezes seus sujeitos as reproduzem de forma automática e inconsciente sem problematiza-las e questioná-las.

No cenário da Revolução Industrial, no qual a esfera de educação do sujeito saiu do contexto doméstico e religioso e passou para o nível escolar com o objetivo, em um primeiro momento, de ensinar os filhos da burguesia a ler e escrever e, depois, de manter o conhecimento básico para o trabalho futuro da massa trabalhadora das indústrias. É preciso alertar que a escola estava servindo a um interesse de uma classe, tal como afirma como Saviani (1991, p.18):

O direito de todos a educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Para superar a situação de opressão própria do Antigo Regime, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado livremente entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância... A escola é erigida, pois, no grande instrumento para converter súditos em cidadãos.

Nesse mesmo sentido, Canário (2005, p. 61) conclui que:

Não há dúvida que estamos em presença de uma invenção histórica, contemporânea da dupla revolução industrial e liberal que baliza o início da modernidade e que introduziu, como novidades, o aparecimento de uma instância educativa especializada que separa o aprender do fazer; a criação de uma relação social inédita, a relação pedagógica no quadro de classe, superando a relação dual entre o mestre e o aluno; uma nova forma de socialização (escolar) que progressivamente viria a tornar-se hegemônica.

Desconhecer esse processo de “invenção histórica” descrita por Canário (2005), pressupõe afirmar que só existe uma função que a escola possa exercer e que tudo que fuja desse padrão seja inconveniente ao espaço escolar.

Conforme o que foi descrito, pode-se constatar que a maioria das instituições escolares ainda tem resquícios das práticas pedagógicas da escola dos séculos passados, em que essas práticas estão pautadas na instrucionalização de

seus indivíduos. Salieta-se que uso o termo indivíduos porque acredito que, nesse momento, a instituição escolar ainda não vê o aluno como um sujeito social que, por intermédio de sua subjetivação humana constrói sua história.

Desse modo, o aluno, nesse período, exerce um papel restrito ao espaço escolar, no qual suas características estão limitadas as suas funções dentro da escola. Sendo assim, as experiências e vivências que ele possa trazer de fora dos muros da escola, não são relevantes para a prática educativa escolar, pois, nesse contexto, a escola está preocupada com práticas que possam servir para o trabalho posterior.

Neste contexto é negligenciada a função social da educação que a coloca como pilar fundamental para a formação ética e cidadã dos educandos para suas vidas, onde estes sujeitos são percebidos dentro de uma sociedade com relações múltiplas e complexas e não são reduzidos a mão de obra. No entanto, para que esta função seja exercida e potencializada são necessários mecanismos legais que possam servir como elementos diretivos para que a escola e outras instituições possam estabelecer caminhos para tal.

No contexto do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, um desses mecanismo foi o próprio Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCCA), criado em 2000. Com sua elaboração, as políticas públicas destinadas ao tratamento e prevenção dessa problemática ganharam maior atenção e organização no Brasil. Para tal, esses esforços começaram a ser pensados e planejados de forma conjunta com diferentes áreas como Saúde, Educação, Assistência Social e Turismo, pois, o PNEVSCCA pressupôs que para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes se tornar eficaz, precisa-se de profissionais de diversas áreas e setores por ser um problema social complexo e de várias formas de se apresentar. Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) já contemplava essa ideia em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Esse esforço coletivo para o enfrentamento da violência sexual contra meninos e meninas obteve força com a homologação da Lei Federal nº 11.525 de 25 de setembro de 2007, que recomenda o seguinte:

§ 5º O Currículo do Ensino Fundamental incluirá conteúdos que tratem dos direitos de crianças e adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição do material adequado.

Ainda sobre essa participação mais ativa do currículo na vida social dos alunos, os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam que:

Não se pode deixar de levar em conta que, na atual realidade brasileira, a profunda estratificação social e a injusta distribuição de renda têm funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais. Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva de modo a que esses entraves diminuam cada vez mais. É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social (BRASIL, 1997, p. 27).

Todas essas recomendações são realizadas, pois, na escola, refletem-se todas as vivências dos alunos, tais como: suas dúvidas, experiências, contextos sociais, questões específicas de suas idades, entre outros fatores, que irão concentrar nos espaços educativos. Com isso, é preciso preparar-se e ter sensibilidade para lidar com essas questões que, às vezes, podem parecer tão polêmicas, entretanto, são necessárias para um diálogo sem pré-julgamentos, de maneira justa, democrática, sincera e em conjunto com as crianças e adolescentes em nossas salas de aula, levando-se sempre em consideração as vivências individuais de cada sujeito, potencializando assim, ações de prevenção e intervenção em suspeitas ou casos confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.2 Conhecendo as diferentes práticas de violência sexual e os seus reflexos psicossociais e físicos

A violência tem se tornado algo tão constante nas relações sociais que, por vezes, ela é naturalizada como a única forma de relacionamento ou algo que não pode ser modificado na sociedade. Essa forma exacerbada com a qual a violência

é naturalizada no cotidiano permite que, quase que diariamente, sejamos violentados e não percebemos, com isso nota-se que o fenômeno da violência tem atingido a sociedade de maneira alarmante, como exemplo pode-se citar que o Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa, registrada em 2017, corresponde a 65.602 homicídios naquele ano e revela a premência de ações efetivas para reverter o aumento da violência. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Mesmo diante das ampliações de cobertura das políticas públicas no país, ainda se enfrentam profundas desigualdades sociais e pode-se perceber que crianças e adolescentes têm sido as principais vítimas desse fenômeno social.

No entanto, de fato, o que é a violência? Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a violência pode ser caracterizada como:

uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Ainda conceituando o fenômeno da violência, Minayo faz os seguintes apontamentos:

[...] trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. [...] Daí se conclui, também que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual. (MINAYO, 1994, p.08)

Corroborando-se com esses conceitos e ressalta-se que a violência não é somente uma agressão física, sendo também uma ameaça à integridade moral ou psicológica e negação/omissão de direitos, neste caso, direitos das crianças e adolescentes, tal como Azevedo e Guerra (1995, p.83) conceituam:

atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A partir desses conceitos, aponta-se para as diversas facetas da violência e de suas variáveis formas de manifestações tornando assim, este fenômeno social uma variação que potencializa a violação dos direitos humanos dos sujeitos.

As crianças e adolescentes, por vezes, tornam-se mais vulneráveis a sofrerem de qualquer tipo de violência pelo fato que estes ainda são sujeitos em desenvolvimento físico, mental e social que, diante de um cenário de desigualdades sociais e econômicas, encontram-se mais vulneráveis. Entre esses riscos de vulnerabilidade, pode-se destacar:

- os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc.;
- os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança, a proximidade a localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana;
- o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social;
- os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade;
- o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro;
- os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática do roubo, furto, etc (SIERRA; MESQUITA, p.152-153, 2006).

Essa vulnerabilidade manifesta-se por intermédio do grande número de denúncias que o Disque 100 recebe sobre crianças vítimas de violações de direitos básicos. Pontua-se que só no ano de 2016 foram recebidas 76.171 denúncias, segundo dados do próprio órgão. Além disso, ressalta-se também que esses 76.171 casos são os que evoluíram para uma denúncia formal, pois, na realidade, ocorre um número muito maior de violações de direitos no Brasil, tendo em vista que muitos dos casos continuam no anonimato ou sem nenhum encaminhamento legal (DISQUE 100, 2016).

Dentre as violações de direitos denunciadas nesse ano, a violência sexual configura como a 4ª violação de direitos mais denunciada para o Disque 100 em 2016. Salienta-se que essas formas de violência não são auto excludentes, por

exemplo, a violência sexual pode ser também uma modalidade de violência física, psicológica e moral (MEC/UNESCO, 2007).

A violência sexual contra crianças e adolescentes “é uma forma que atinge uma das bases estruturais da personalidade de uma pessoa, a sua sexualidade” (HAZEL, 2007, p. 7). Além disso, a mesma pode ser classificada como: abuso sexual e exploração sexual.

Nesse contexto, corrobora-se com Faleiros (2003, p. 10) quando este afirma que, o abuso sexual, enquanto um tipo de violência sexual:

é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer.

Quanto ao agressor, o abuso sexual pode ser classificado como:

- a) intrafamiliar: o agressor é alguém do seio familiar
- b) extrafamiliar: o agressor é alguém externo à família.

Atenta-se para o fato que o abuso sexual não precisa ter contato físico para ser caracterizado como uma violação e pode ser considerado como abuso sexual sem contato físico, que pode se manifestar como:

- **Voyerismo:** o desejo de assistir crianças e adolescentes em situações íntimas;
- **Exibicionismo:** o desejo de exhibir partes do corpo para crianças e adolescentes;
- **Exposição à pornografia** como forma de estimular crianças e adolescentes;
- **Assédio sexual.**

O conhecimento desses atos sem contato físico como violência sexual faz com que a violência seja despercebida e naturalizada nas vivências de crianças e adolescentes, ao passo que não são consideradas mais como algo que seja possível de ser modificado em nas relações do cotidiano.

Sobre os indicativos de abuso sexual, os mesmos devem ser analisados e investigados dentro de um contexto maior, pois não há como afirmar de maneira veemente que com a ocorrência de um ou mais indicativo a prática de violência sexual é certa. Todavia, a incidência de qualquer indicativo apresentado deve ser

sempre sinal de alerta para quem convive com crianças e adolescentes. E de acordo com Santos (2011), esses indicativos podem ser:

Quadro 05 – Possíveis indicativos que se manifestam em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Sinais Corporais	Sinais Comportamentais
<ul style="list-style-type: none"> • Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundo psicológico e emocional. • DST, incluindo aids, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções urinárias, cólicas intestinais, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas. • Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorreia na garganta (nas amígdalas, mais precisamente) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral). • Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar dificuldade de caminhar ou sentar. • Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados (inchados) ou hiperemiados (congestão sanguínea). Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal. • Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa. Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue. Roupas de cama, tapetes ou carpetes com resquícios de sêmen. • Gravidez precoce ou aborto. • Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade para o autor de 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão. • Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade. • Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos. • Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar. • Medo do escuro ou de lugares fechados. Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros. • Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica. • Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas. • Culpa e autoflagelação. • Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga. • Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração). • Fraco controle de impulsos, comportamento auto destrutivo ou suicida. • Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso.

<p>violência sexual.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla. • Repetição constante do que outras pessoas verbalizam
Sexualidade	Hábitos, cuidados corporais e higiene
<ul style="list-style-type: none"> • Curiosidade sexual excessiva; interesse ou conhecimento súbito e não usual sobre questões sexuais. • Expressão de afeto sexualizada, ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriados para crianças e adolescentes. • Desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos. • Masturbação compulsiva ou pública • Relato de avanços sexuais por parentes, responsáveis ou outros adultos, ou mesmo agressividade sexual a terceiros. • Representações e desenhos de órgãos genitais com detalhes e características além da capacidade de sua faixa etária. • Toque e/ou manipulação constante dos órgãos genitais. • Introdução de objetos no ânus ou na vagina. • Ansiedade constante relacionada a temas sexuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono, ainda que temporário, de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias. • Mudança de hábito alimentar, perda de apetite (anorexia) ou excesso de alimentação (obesidade). • Padrão de sono perturbado por pesadelos frequentes, agitação noturna, gritos, suores provocados pelo terror de adormecer e sofrer abuso. • Aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupa. • Hábito não usual de lavar as mãos compulsivamente. Resistência em participar de atividades físicas. • Tiques motores múltiplos. • Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem verbal em crianças muito pequenas. • Uso e abuso repentino de substâncias como álcool, drogas lícitas e ilícitas.

Fonte: Autoria própria com base em Santos (2011).

A exploração sexual de crianças e adolescentes é outra tipificação da violência sexual existente. Isso não quer dizer que dentro desse tipo de violação de direitos esteja distante do abuso sexual, pelo contrário, quando há exploração sexual também ocorre o abuso sexual. Contudo, existe uma diferença na finalidade que isso acontece: obtenção de lucro através de uma “relação comercial” inapropriada, na qual o corpo da criança e adolescente é o produto.

Quadro 06 - "Relação comercial" da exploração sexual de crianças e adolescentes

Produto	Fornecedor	Consumidor
Criança e adolescente como um meio de obtenção de prazer sexual.	Hotéis, bares, empresas de turismo, agenciadores, entre outros agentes.	Quem paga para o fornecedor para abusar sexualmente de meninos e meninas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2011).

Esta relação comercial também é evidenciada pela Declaração de Estocolmo:

A exploração sexual comercial é violação fundamental dos direitos da criança e do adolescente. Compreende o abuso sexual por um adulto e a remuneração em dinheiro ou espécie para a criança ou para outrem. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui-se em uma forma de coerção e violência contra as crianças, podendo implicar em trabalho forçado e em formas contemporâneas de escravidão (UNESCO, 1996, p. 1).

Como a exploração sexual contra crianças e adolescentes também é uma modalidade da violência sexual, ela também se configura uma manifestação de uma relação de poder e controle dos corpos de meninos e meninas, mas agora amplificada pela relação comercial onde quem tem capital adquire o "direito" de manter relações sexuais ou utilizar o corpo de crianças e adolescentes para seu prazer, retirando sua humanidade e reduzindo sua existência a um objeto que sirva para que se alcance o prazer. Faleiros reflete sobre este tipo de violação de direitos como:

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como "autônomo" sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa "imagem de marca", parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios "corpinho de adolescente", "cara de criança", "loirinha", "moreninha". (FALEIROS, 1998, p. 83)

É importante ressaltar que existem fatores que facilitam a ocorrência de exploração sexual, sendo o principal: as desigualdades socioeconômicas da sociedade. Agentes aliciadores se aproveitam da vulnerabilidade socioeconômica de suas vítimas para utilizarem esse tipo de violação como uma forma de geração de renda. Para evitar ou erradicar esse ponto, é de extrema importância políticas públicas que possam fortalecer essas famílias para que não se tornem vítimas dessa rede de exploração.

Quanto às consequências nas vítimas de violência sexual na infância e adolescência também não há como prever de maneira exata. Cada sujeito vivencia essa experiência e pode externar de diferentes formas dos demais. Alguns fatores como: grau de proximidade com o agressor, frequência da ocorrência, idade que ocorreu a violência, entre outros, podem interferir nessas consequências. De qualquer modo, essas sequelas que ocorrerem podem ser minimizadas se o encaminhamento ao caso de violência sexual for realizado de maneira correta pelos múltiplos agentes e instituições que fazem parte de Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Por isso é importante que qualquer instituição escolar e seus sujeitos possam ser conscientes da sua importância na prevenção e atendimento nas vítimas desse tipo de violência.

2.3 A escola dentro da rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

A instituição escolar é de fundamental importância no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela tem o poder de criar um diálogo aberto sobre o assunto a ponto que meninos e meninas sintam-se seguros e protegidos para buscar orientação e principalmente ajuda. Professores e demais profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes, precisam estar preparados para identificar sinais de ocorrência de abuso ou exploração sexual infanto-juvenil e tomar as devidas medidas necessárias.

Diante desse cenário, foram criadas diversas estratégias nacionais que envolvem o enfrentamento a esse tipo de violência, as quais foram levantadas por Lírio (2014) e colocam a escola como protagonista desse enfrentamento através de recomendações curriculares, programas, planos, aperfeiçoamento profissional docente, entre outras estratégias de mobilização conforme quadro a seguir:

Quadro 07 - Atribuições referentes ao enfrentamento da violência sexual no espaço escolar

Programa/Projeto / Plano	Atribuições às escolas	Responsável	Ano de Elaboração/ Implantação
PCN⁷	Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos	Governo Federal	1997

⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais.

	<p>sejam capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva; 		
PNEVSCCA⁸	<p>Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando o fortalecimento da sua auto-estima e defesa contra a violência sexual;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notificar casos de violência sexual infantojuvenil, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino; - Incluir a temática de prevenção da violência sexual infantojuvenil na grade curricular e/ou Projeto Político Pedagógico, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino. 	Governo Federal	2000
Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE)	<p>Contribuir para uma aprendizagem compartilhada por trabalhadores da educação, da saúde, de outras instituições públicas e de organizações da sociedade civil cujas ações repercutem na redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis e à aids.</p>	MS ⁹ /MEC ¹⁰	2003
Guia Escolar	Realizar a prevenção	MEC/SECAD	2003

⁸ Programa Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

⁹ Ministério da Saúde

¹⁰ Ministério da Educação

	primária com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os maus-tratos.	¹¹ /SDH ¹²	
Escola que Protege	Promoção da formação de profissionais da educação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	MEC/SECAD	2004
Programa Escola Aberta	Estimular a ampliação da jornada e espaço escolares para o mínimo de sete horas diárias, em conformidade com o “Programa Mais Educação”, visando à implementação da Educação Integral na rede pública de ensino com atividades nas áreas de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade.	MEC/SECAD	2006

Fonte: Lírio (2014, p.6)

A partir da análise do quadro, observa-se, portanto, que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela escola, por meio de políticas públicas, é algo recente, com pouco mais de 20 anos e devido o pouco tempo de maturação dessas iniciativas, algumas dessas ações não alcançaram sua totalidade. Tanto que em sua pesquisa Lírio (2013, s/p) pode concluir que:

- 1) as políticas formuladas em âmbito federal na área da formação dos profissionais da educação e dos materiais didáticos pedagógicos elaborados com a finalidade de subsidiá-los na apropriação da temática não chegaram às escolas pesquisadas;
- 2) planos/projetos que têm entre os seus objetivos o enfrentamento a esse tipo de violação devido a problemas de infraestrutura e de pessoal não foram executados como planejados;
- 3) nove entrevistados consideram que há a abordagem da temática no currículo das escolas, porém, não como conteúdo específico, mas como uma discussão pontual em meio a outras questões.

¹¹ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Atualmente é SECADI pois foi inserido o eixo Inclusão.

¹² Secretaria de Direitos Humanos.

Também, no sentido de somar com estas ações de fortalecimento do enfrentamento da violência sexual, há, em nível estadual, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2014-2016)¹³, construído pelas diversas entidades públicas e da Sociedade Civil Paraense que compõem o Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCCA). Porém, no Eixo 1 - Prevenção, apresenta a competência da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em ações pontuais através de projetos ou como espaços que receberão oficinas externas sobre as temáticas. Dessa forma, subentende-se que nada possa mudar de uma forma mais estrutural a prática educacional:

- Fortalecer as ações educativas nas escolas que abordam questões da violência sexual através do Projeto “Vitória Régia”. (p.19)
- Implementar o projeto “Escola e Família, reconstruindo diálogos” que tem como ponto chave a discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na escola. (p.20)
- Realizar oficinas com gestores e técnicos das Unidades SEDUC na Escola (USEs), de caráter preventivo e informativo sobre abuso sexual e exploração sexual. (p.20)

Atualmente, há muitas instituições que fazem diversas formações sobre a temática da violência sexual. Porém, é fundamental que os próprios órgãos de gestão educacional possam fazer o planejamento e a execução dessas ações, pois eles, mais do que ninguém, conhecem suas próprias demandas sobre essa temática assim como Santos (2011) recomenda.

É inviável, perante o atual contexto das demandas dos alunos por dignidade em suas existências, que a comunidade escolar se faça alheia a realidade que não garante que direitos básicos de crianças e adolescentes não sejam efetivados. Refletir de forma crítica sobre as práticas curriculares para que elas se tornem significativas na vida de seus sujeitos e faça com que a educação escolar tenha um valor muito além de um treino e domínio de técnicas, além de ser de fundamental importância, é uma demanda urgente que as crianças e adolescentes brasileiras solicitam.

As tensões identitárias não são apenas entre ensinar ou educar, mas entre as tensas indagações ao nosso ensinar que vem dessas vivências, da infância-adolescência. Ou a percepção que é inseparável ensinar a seres

¹³ Refiro-me ao Plano Estadual 2014-2016, pelo fato que o Plano atual ainda está em construção pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

humanos e levar em conta suas formas de viver, mal-viver como humanos. Trazer a função educativa para nossa identidade profissional é uma exigência do olhar sobre os educandos (ARROYO, 2013, p. 29).

Nessa perspectiva, não se propõe aqui que a Educação Básica demande uma nova disciplina para cada necessidade social de seus alunos, mas sim, que ele abra espaço para que seja possível dialogar de forma transversal sobre a situação na qual o sujeito esteja inserido. Desse modo, possibilita-se que o mesmo adquira consciência de todas as relações que se configuram a partir desse momento e, com isso, instrumentalizá-lo para que este participe da defesa de seus direitos de alguma forma ou que os outros sujeitos da comunidade escolar possam agir de maneira eficaz. Essa visão mais geral da educação, que vê o sujeito sob a ótica de várias esferas é recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, como objetivo para os alunos do Ensino Fundamental:

- ❖ compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; • posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- ❖ conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- ❖ conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- ❖ perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- ❖ desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- ❖ conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- ❖ utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- ❖ saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- ❖ questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Acerca do currículo integrado da escola, para Lopes e Macedo (2002), este pode ocorrer via temática ou por campos de saberes interdisciplinares, sendo esta última uma realidade mais pertinente com a construção de currículos universitários. Com isso, Lopes e Macedo (2002, p. 81) consideram a integração por temática como “uma articulação horizontal de conteúdos”, afirmando que a proposta da integração “desconstrói a identidade entre disciplina científica e disciplina escolar, na medida em que propõe uma organização da disciplina escolar segundo critérios diversos daqueles aceitos pelo campo científico”. Diante disso, Arroyo (2007, p. 38) questiona e logo aponta uma possibilidade de reflexão:

Como repensar os currículos escolares à luz desse entrelaçado de direitos? Partir do reconhecimento de que o direito à educação está entrelaçado com a negação dos direitos humanos mais básicos: direito à vida, à sobrevivência, à proteção, ao cuidado da infância e adolescência populares, sobretudo.

Nesse sentido, é urgente a necessidade de pensar no currículo para algo além do que se pode planejar ou como algo distante da realidade de crianças e adolescentes que sofrem ou possam sofrer de violência sexual. A prevenção desse tipo de violência, segundo Santos (2011) pode acontecer em três níveis:

- ❖ **Prevenção Primária:** elimina fatores sociais, culturais ou ambientais que possam favorecer os maus-tratos contra crianças ou adolescentes, que mais tarde tem um potencial de se converter em violência sexual;

- ❖ **Prevenção Secundária:** objetiva eliminar a possibilidade que a violência sexual aconteça ou se repita em alguma situação que já há o risco disso;

- ❖ **Prevenção Terciária:** acompanha crianças e adolescentes que já sofreram alguma forma de violência sexual para que não se repita e nem que outros sujeitos possam sofrer deste tipo de violência por esse mesmo abusador.

A escola precisa, na medida do possível, sempre trabalhar numa perspectiva primária de prevenção, haja vista que nesse nível a violência ainda não aconteceu. Porém, não se deve esquecer que o enfrentamento em si a escola não faz sozinha. É necessária toda uma articulação com a rede de proteção para que os encaminhamentos ocorram de maneira eficaz, visando o bem-estar da criança ou adolescente vítima ou com suspeita de violência sexual. Por rede de proteção entende-se que:

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil (FALEIRO; FALEIROS, 2007, p. 77).

Diante disso, as ações de enfrentamento precisam ser conscientes e planejadas de maneira que surta o efeito esperado na vida dos alunos. Nesse sentido, Oliveira (1987, p. 98) explica que:

uma ação educativa consciente e consequente, isto é, uma ação intencionalmente dirigida, possibilita mais e melhores condições para o indivíduo se instrumentalizar para sua luta nas demais instâncias sociais. E assim a influência da prática educativa pode vir a intervir mais incisivamente na sua atuação nas demais práticas.

Mediante a complexidade do fenômeno da violência sexual e do papel importante da escola no seu enfrentamento, a instituição escolar não deve compreendê-lo e intervir através de ações pontuais, como somente falar da temática na escola em 18 de Maio¹⁴. Na realidade, deve-se incorporar o enfrentamento por intermédio de sua prática e não somente por ações. Logo, considera-se que para uma prática se concretizar na escola ela precisa ser iniciada através de uma ação, que em um primeiro momento, é uma ação nova naquele contexto. Até que essa ação seja apropriada e coletivada pelos sujeitos para se tornarem práticas (SÁCRISTAN, 1999). E para que essa prática seja coletivada de maneira mais significativa para os sujeitos se faz necessário que:

A contribuição da prática educativa escolar torna-se desse modo, tanto mais eficaz quanto mais se consegue identificar e efetivar os elementos mediadores (os vínculos) entre escola e sociedade, entre prática educativa e prática social global (OLIVEIRA, 1987, p. 92).

Dessa forma, uma prática de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes que seja planejada e executada pela própria escola, utilizando de todos os significados e nuances daquela comunidade, tende a se tornar mais eficaz e objetiva, pois nenhum currículo ou prática educativa deve ser concebido como um protocolo ou manual, devido a subjetividade de cada um e também as diferenças regionais que moldam nossas relações.

Diante dessa constatação, deve-se alertar para qualquer tentativa de homogeneização dos sujeitos e a escola precisa estar atenta para isso. Os alunos

¹⁴ Dia nacional alusivo ao enfrentamento do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Essa data foi escolhida em razão do caso que envolveu a menina Araceli em 1973, na cidade de Vitória/ES.

possuem vivências e necessidades distintas que refletem na escola e até entre esses sujeitos que possuem as mesmas vivências, como por exemplo, em um cenário de violência sexual, há peculiaridades que não podem ser padronizadas.

Uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que unilateraliza a adaptação do indivíduo à realidade do status quo, como a que propõe a realidade como um dado estático. Mas, além disso, implica conceber a realidade social como efetivo espaço de lutas de classes, no interior do qual se efetua a educação, rejeitando a impositividade da denominação, como o espontaneísmo das classes dominadas (CURY, 2000, p. 13).

Com isso, será possível alcançar nossos objetivos para a Escola Básica Brasileira:

A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem, também, o compromisso de ajudar os alunos a tomarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade. A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana (LIBANEO, 1998, p. 4).

Para que essa escola nos conheça e reconheça e que essa prática nos inclua de fato, é necessário que os sujeitos que pensam as práticas escolares desde a elaboração, execução e avaliação possam perceber o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes como algo que atinge cada vez mais os alunos através de várias modalidades (abuso sexual sem e com contato físico e exploração sexual).

Contudo, é preciso prevenir ou minimizar suas consequências na vida da criança e adolescente, por meio de práticas planejadas e conscientes em um trabalho de rede com outras instituições da Rede de Proteção. Um caminho que pode incentivar o planejamento e execução destas práticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é o trilhado pela formação continuada de professores.

2.4 A Formação Continuada de professores como elemento impulsionador do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Dialogar sobre o cotidiano da prática docente é complexo, pois, esta análise deve considerar múltiplos fatores externos a classe de professores. Esta ponderação precisa ser feita, tendo em vista que durante muito tempo as análises educacionais mostraram a figura do professor como o responsável principal do fracasso escolar. Acerca dessa questão, Arroyo (2013, p. 203) observa que:

Os olhares sobre as professoras e professores da educação primária e fundamental têm destacado por décadas as mesmas imagens: tradicionais, despreparados, desmotivados, ineficientes... e por aí. Desde os relatórios mais antigos dos inspetores escolares do Império, até diagnósticos mais recentes, carregados de dados, repetem a mesma visão negativa. As análises mais progressistas, até de lideranças, às vezes estacam outras tonalidades nesse velho e desfigurado quadro: despolitizados, alienados, sem consciência de classe, sem compromisso político, desmobilizados... Tonalidades que trazem outros aspectos político-ideológicos, mas que somam na visão negativa tradicional, que tanto têm marcado o imaginário social e a autoimagem dos mestres desse ofício.

Esses olhares que o autor destaca, por muito tempo não levaram em consideração um fator importantíssimo que constitui o professor que é a sua formação. Ora, como exigir que um professor seja crítico e compreenda o contexto histórico, econômico e social que influencia a vida escolar de crianças e adolescentes se ele não foi sensibilizado sobre isso durante sua formação inicial ou durante as formações continuadas que eles participaram?

Tais indagações mostram a importância da formação de professores dentro do contexto da educação, tanto que na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação foi evidenciada como um processo importantíssimo para que os valores ali propostos pudessem ser difundidos e promovidos para a população:

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948).

Desse modo, a formação dos docentes para a promoção dos direitos humanos básicos é de extrema relevância, pois é necessário que os professores possam acreditar e defender que os direitos humanos são valores necessários para

que seus alunos tenham uma vida com dignidade. E nesse contexto de mudanças de paradigmas, a escola é diretamente influenciada e ressignificada como um espaço de promoção desses direitos e para isso os professores precisam estar conscientes desse papel e de suas novas demandas:

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural (DELORS, 2003, p. 166).

Para tanto, é necessário que os direitos humanos estejam pautados nas formações docentes como prioridade, com um recorte específico para a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. É sabido que a formação inicial não aborda a escola como um potencial espaço de proteção de crianças e adolescentes contrariando o que já é de conhecimento de todos os pesquisadores da temática: que o enfrentamento da violência sexual demanda esforços de vários setores da sociedade e do Estado e que dentro dessas organizações, destaca-se a escola como espaço estratégico de prevenção a qualquer tipo de violência, defesa e garantia de direitos básicos de crianças e adolescentes. Sobre esse potencial pontua-se que o:

[...] enfrentamento do grave problema da violência sexual contra a criança junto aos profissionais da educação, já que, após o círculo familiar, a escola se mostra como um lugar privilegiado de expressão dos sinais desta violência sofrida pela criança. Por tal razão, considero estratégico o papel das escolas na identificação, na denúncia, nos encaminhamentos e, principalmente, na prevenção destes casos (BARBOSA, 2008, p. 12-13).

Dessa forma, corrobora-se com Landini (2011), quando este afirma que: é preciso preparar a escola para lidar com situações reais de violência/abuso sexual e, portanto, todos os profissionais da escola precisam estar inseridos em uma prática de enfrentamento planejada, fundamentada e consciente. Mas, como sensibilizá-los para tal prática? A formação permanente de professores pode ser um dos caminhos para que isso ocorra, dado que ela é considerada o professor sujeito da sua formação, uma formação que parte sempre do diálogo, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação- reflexão” (FREIRE, 1987 p. 44).

Porém, ressalta-se que a violência sexual é um fenômeno que se desenvolve de diversas modalidades. Desse modo, não há uma fórmula ou um

treinamento que consiga fazer com que atinja as diversas facetas desse fenômeno. É necessário incluir os sujeitos nesse processo formativo para que eles possam contribuir para que:

[...] desenvolvendo uma formação continuada em que a metodologia do trabalho e o clima afetivo sejam os pilares do trabalho colaborativo. Um clima e uma metodologia de formação que coloquem os professores em situações de identificação, de participação, de aceitação de críticas e de discrepâncias, suscitando a criatividade e a capacidade de regulação. Trata-se da capacidade de respeitar a diferença e de elaborar itinerários diferenciados, com distintas ferramentas e com um caráter aberto e gerador de dinamismo e de situações diversas (IMBERNÓN, 2010, p. 65).

Deve-se pensar no processo de formação de professores além de técnicas de ensino ou de atualizações dos conteúdos científicos das disciplinas. É muito mais que uma questão profissional, sendo esta uma questão moral diante de um contexto tão desumano com as vidas de meninos e meninas tal como Freire (1979, p.10) aponta:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens.

Diante do exposto, entende-se que a formação continuada precisa ser algo sempre presente na vida dos professores, pois ela é uma possibilidade da escola se relacionar com os paradigmas que sempre reverberaram neste espaço, Garcia (1999, p. 22) defende que a formação continuada de professores:

favorece questões de investigação e de propostas teóricas e práticas que estudam os processos nos quais os professores se implicam, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola.

É sabido que os problemas sociais refletem na escola e este espaço não pode mais se manter alheio à estas demandas, tal como reflete Imbernón (2009, p. 35):

Paradoxalmente, há muita formação e pouca mudanças. Talvez seja porque ainda predominem políticas formadoras que praticam com aníco e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com o predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos, estejam onde estiverem, distantes dos problemas práticos reais [...] a formação deve aproximar-se à escola e a partir das situações problemáticas dos professores.

A partir da formação, os professores podem fazer uma reflexão sobre sua prática e com os conhecimentos científicos compartilhados nesse momento, podem

desmistificar várias concepções do senso comum acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, podendo assim incluir uma prática de prevenção, identificar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, encaminhá-los para os outros órgãos da rede de proteção e acompanhá-los.

A formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes também possibilita aos docentes agir de forma ética no tratamento de suspeita de casos. Prezando o sigilo e a segurança em relação às crianças e adolescente e também aos membros da escola, pois, trata-se de uma situação de violência e que a sua revelação ou confrontação pode ocasionar atitudes do violador que pode colocar em risco os todos os envolvidos.

3. TRILHA METODOLÓGICA PARA A REALIZAÇÃO DO MOVIMENTO COLABORATIVO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.¹⁵

Nesta seção, objetiva-se apresentar o espaço lócus da pesquisa e todas as delimitações necessárias acerca do processo investigativo proposto para que as questões de investigação fossem respondidas e os objetivos da pesquisa alcançados. Além disso, a abordagem, natureza da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise dos dados coletados também serão apresentados.

Refiro-me em alguns momentos como “nossa pesquisa”, pois não a fiz sozinha, tendo em vista que desde o planejamento das ações e execução foram compartilhadas de forma colaborativa com várias pessoas que participaram do processo. Todas essas escolhas (não aleatórias) foram feitas para que a pesquisa fosse realizada da melhor maneira mais coerente e que a formação de professores pudesse, de fato, ser um impulsionador para ações futuras de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes naquele espaço.

E para, tão importante como, fosse executado a atividade básica da ciência que é a pesquisa científica com todos os critérios que lhe são peculiares.

Pesquisa é atividade científica que pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é muito mais exuberante que aqueles (DEMO, 1983, p. 23).

Pontua-se que as delimitações metodológicas foram necessárias, principalmente, pelo objetivo de descobrir a “realidade” do lócus de pesquisa. A seguir as definições da pesquisa serão expostas de maneira mais detalhada.

¹⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

3.1 Definições e conceituações metodológicas para o processo de pesquisar/colaborar

Durante o processo de construção do projeto de pesquisa, uma das questões que sempre nos preocuparam foi qual o caminho percorrer para chegar em dados que pudessem contemplar meus objetivos e responder minhas questões de investigação de fato. Acerca disso, Demo (1983, p.19) aponta que este caminho nada mais é que:

[...] uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 1983, p.19).

Porém, para além de técnicas, a metodologia utilizada nesta pesquisa considerou a natureza da pesquisa, o tipo e a delimitação do objeto. Dentro dessa perspectiva, várias delimitações foram realizadas no desejo de buscar respostas para o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e, especificamente, sobre o processo de formação docente através de ações colaborativas para o enfrentamento desse tipo violência.

Desse modo, ressalta-se que a pesquisa contemplou características de uma abordagem qualitativa, pois, o objeto de pesquisa tem como características: o caráter qualitativo, descritivo e processual. Portanto, a formação de professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes não poderia ser analisado em uma escala numérica ou percentual, tal como afirma Minayo (2001, p.22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem da pesquisa qualitativa possibilitou analisar uma realidade que não poderia ser quantificada. Pontua-se que esta pesquisa levou em consideração os infinitos significados, crenças, valores, aspirações e atitudes dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Para este tipo de pesquisa não foi admissível uma única realidade ou verdade, mas sim realidades múltiplas. Essas realidades são construídas pelos

próprios sujeitos e o pesquisador ao invés de investigar, analisar e questionar essa realidade de um ponto de vista externo.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador se insere neste espaço e passa a ter a mesma vivência que os sujeitos investigados têm naturalmente. Vivência essa que foi de fundamental importância para realizar a análise e reflexão do objeto de pesquisa proposto: a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na Escola Estadual Paulo Maranhão, pois, essa análise precisaria ser vivida no sentido mais puro de seu significado, o qual me possibilitou analisar todas as tensões, negociações, mudanças de paradigmas, entre outras questões, que precisaram acontecer para que ações de enfrentamento fossem efetivadas tanto pela escola e quanto por seus sujeitos no futuro.

Sobre este mergulho do pesquisador qualitativo no local em que o objeto de estudo encontra-se, Bogdan e Biklen (1994, p.48) salientam que:

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006, p.17) afirmam que:

é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Diante desses conceitos, a investigação proposta possuiu a abordagem qualitativa, pois o fenômeno da formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes ocorreu no lócus escolar, por isso todas as subjetividades da realidade dos sujeitos desse contexto foram acompanhadas e analisadas, e modo que, uma quantificação ou dados numéricos seriam insuficiente.

Dessa forma, ressalta-se que a abordagem qualitativa da pesquisa nos permitiu analisar os aspectos que fizeram parte do processo de formação de professores para futuras ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no currículo escolar, de maneira que os elementos da análise possam responder as questões de investigação propostas.

A abordagem qualitativa foi além de uma escolha nossa, sendo, na realidade, uma constatação que o objeto de pesquisa só poderia ser analisado diante de uma perspectiva qualitativa de investigação, pois, caso fosse realizada de outra forma, pressupõe-se que o objeto de investigação não seria contemplado através de suas nuances e peculiaridades dentro de um espaço socialmente construído como o escolar, principalmente dentro de uma sociedade marcada, desde os primórdios, pelas violações de direitos de meninos e meninas, sendo, nesse caso, a violência sexual contra crianças e adolescentes para, assim, criar estratégias de análise que se adequem a esse contexto. Nesse contexto, Bogdan e Biklen (1994, p. 51) recomendam que:

Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências pelo ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos.

Dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa, pretendeu-se trabalhar por intermédio dos fundamentos da pesquisa colaborativa em educação. Entende-se a pesquisa colaborativa:

a prática que se volta para a resolução de problemas sociais, especialmente aqueles vivenciados na escola, contribuindo com a disseminação de atitudes que motivam a co-produção de conhecimentos voltados para a mudança da cultura escolar e para o desenvolvimento profissional dos professores (IBIAPINA, 2008, p. 23).

Nesse caso, o problema vivenciado na escola através de seus sujeitos é a violência sexual contra crianças e adolescentes. E as atitudes que podem contribuir para o enfrentamento desse problema social é a escola se colocar como peça fundamental para o enfrentamento deste tipo de violência por meio da Rede de Proteção.

Este tipo de pesquisa prima, precipuamente, pela valorização das atitudes de colaboração e reflexão crítica entre pesquisador e professor, uma vez que estes são “calcados em decisões e análises construídas por meio de negociações

coletivas, tornam-se co-parceiros, co-usuários e co-autores de processos investigativos delineados a partir da participação ativa, consciente e deliberada” (IBIAPINA, 2008, p. 26).

A adoção desse tipo de pesquisa foi feita considerando que o pesquisador, dentro da pesquisa colaborativa, pode atuar de forma paralela na pesquisa do fenômeno e também na formação dos sujeitos envolvidos no local, como no caso proposto. Diante disso, foi possível atuar na formação dos professores para a implementação de futuras ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, planejando e estruturando de forma colaborativa com a escola todas as ações necessárias para que esse processo de implementação fosse efetivado futuramente. Entretanto, ressalta-se o que Minayo (2001, p.55) alerta que:

É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge a obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

Esse alerta é importante, tendo em vista que, na maioria das vezes, a execução da pesquisa colaborativa, mesmo com toda sua proposta inovadora, na qual ela rompe um imaginário em que o pesquisador é um ser detentor de todo o conhecimento e que vai para o espaço escolar apenas para implantar suas atividades, que de fato beneficiará somente sua pesquisa, a qual ainda pode trazer resquícios de uma proposta impositiva, sobre a qual os objetivos de ambas as partes são distintos.

Desse modo, afirma-se que são necessários que os objetivos, tanto da escola quanto do pesquisador, sejam os mesmos. E, neste caso, foi a realização da formação de professores para o enfrentamento da violência sexual, que vitimiza milhares de meninos e meninas em todo mundo.

Ainda sobre a escolha desse tipo de pesquisa, a adoção dela também se deu pelo fato que, em alguns casos, as pesquisas acadêmicas se tornam como algo de serviço exclusivo do pesquisador, que teria todo o poder para que fosse solucionado ou respondido os problemas levantados. E quanto a pesquisa é concluída, não há nenhuma devolutiva para os sujeitos do lócus da pesquisa ou alguma preposição contributiva com aquele espaço.

Portanto, a partir de suas características de execução, constatamos que a Pesquisa Colaborativa conseguiu responder nossas questões problemas de um modo que o conhecimento produzido a partir dela pode de fato contribuir com os sujeitos envolvidos, de forma que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes se torne algo efetivo na escola a partir da formação dos professores, pautada em ações colaborativas. Sobre essa colaboração, Ibiapina (2008, p. 20) salienta que:

A colaboração é produzida por intermédio das interações estabelecidas entre as múltiplas competências de cada um dos partícipes, os professores, com o potencial das práticas pedagógicas e o pesquisador, com o potencial de formador e organizador das etapas formais da pesquisa.

Ressalta-se que os momentos formativos, condição *sine qua non* da Pesquisa Colaborativa, serão os impulsionadores da implementação de práticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola no futuro, visto que com essas formações pretendeu-se que os educadores pudessem tomar consciência de seu papel na rede de enfrentamento à violência sexual de meninos, conhecendo seus objetivos e limitações no enfrentamento.

Definido o caráter que a pesquisa teria, surgiu o questionamento sobre o espaço no qual a mesma ocorreria. Nesse contexto, surgiu o convite ao INCLUDERE em setembro de 2017 para participar de uma atividade sobre Trabalho Infantil na Escola Paulo Maranhão, na qual me fiz presente através da realização de uma roda de conversa sobre a temática do Trabalho Infantil com alunos, pais e responsáveis do 8º ano do Ensino Fundamental.

Mediante essa oportunidade foi possível conversar com os professores sobre as temáticas que envolviam os direitos de crianças e adolescentes de maneira informal e, com isso, observou-se que tanto os docentes quanto a gestão da escola pareciam estar abertos a colaborar em possíveis ações de formação, característica fundamental para que a colaboração e cooperação acontecessem através da pesquisa. Diante dessa sondagem e dos dados alarmantes sobre a violência sexual, a adoção da metodologia da Pesquisa Colaborativa se mostrou oportuna, pois esta ocorre:

[...] quando o pesquisador aproxima suas preocupações das preocupações dos professores, compreendendo-as por meio da reflexividade crítica, e proporciona condições para que os professores revejam conceitos e práticas; e de outro lado, contempla o campo da prática, quando o pesquisador solicita a colaboração dos docentes para investigar certo objeto de pesquisa, investigando e fazendo avançar a formação docente, esse é

um dos desafios colaborativos, responder as necessidades de docentes e os interesses de produção de conhecimentos. A pesquisa colaborativa, portanto, reconcilia duas dimensões da pesquisa em educação, a produção de saberes e a formação continuada de professores. Essa dupla dimensão privilegia pesquisa e formação, fazendo avançar os conhecimentos produzidos na academia e na escola (IBIAPINA, 2008, p.114 -115).

Com isso, pontua-se que esta pesquisa seguiu as três condições básicas propostas por Ibiapina (2008, p. 9) sobre realização da metodologia colaborativa, descritas abaixo (Quadro 08) e detalhadas na seção seguinte:

Quadro 08 – Condições da pesquisa colaborativa e suas correspondências dentro da pesquisa realizada

Condição	Correspondência na pesquisa realizada
1. “o estudo é desencadeado a partir de determinada prática social susceptível de melhoria”;	No estudo realizado objetivou-se que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na Escola Estadual Paulo Maranhão pudesse ser iniciado e potencializado a partir da realização do processo de formação de professores já que foi diagnosticado, através da pesquisa exploratória inicial, que este enfrentamento não acontecia, ou se acontecia era um movimento particular e intuitivo do sujeito e não embasado nos estudos da temática.
2. “é realizado levando-se em consideração a espiral de planejamento, ação, observação, reflexão, nova ação”;	Dentro da proposta feita foram realizadas ações como: sensibilização para a temática, planejamento coletivo da formação através do levantamento das necessidades formativas dos docentes, movimento formativo, avaliação e prospecção de novas ações formativas e futuras ações de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes.
3. “é desenvolvido preferencialmente de forma colaborativa”.	Durante a pesquisa, todas as etapas foram planejadas a partir das necessidades formativas reais dos sujeitos envolvidos naquele contexto e foram planejadas para eles e com eles.

Fonte: Autoria própria a partir de Ibiapina (2008).

Além disso, destaca-se que a colaboração aqui discutida foi realizada segundo Ninin (2011), a partir de indagações que partem de fatos concretos, sendo ampliada através da prática na produção, reorganização e avaliação que viabilizam o questionamento de sentidos e um processo de negociação, pois exige que os indivíduos ouçam uns aos outros, compartilhem pensamentos, posicionem-se em concordância ou discordância, fortaleçam e aprofundem a discussão, tragam novas temáticas para esse processo. Essa natureza é vital para esta metodologia

acontecer e, caso não ocorresse assim, esta pesquisa teria a característica do pesquisador como alguém que detém o conhecimento sobre a temática que, naquele espaço escolar, seria a única fonte de informação com a possibilidade de transformar a realidade.

No que tange a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados nos seguintes momentos:

Quadro 09 – Definição dos instrumentos de coleta de dados conforme momento da pesquisa

Instrumento de Coleta de Dados	Momento da pesquisa
Grupo Focal	Planejamento das formações e prospecção de ações futuras
Questionário	Sensibilização dos professores sobre o Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes
Observação	Formação e reflexão dos professores sobre a temática

Fonte: Autoria própria (2019).

A adoção de cada instrumento de coleta de dados aconteceu pela especificidade de cada um e do objetivo que cada etapa demandava. As etapas de PLANEJAMENTO e PROSPECÇÃO DE SUSTENTABILIDADE precisavam ser realizadas de forma coletiva, ouvindo várias vozes de sujeitos que vivenciaram a execução da pesquisa, deste modo achou-se prudente a utilização do GRUPO FOCAL, que pode ser caracterizado como:

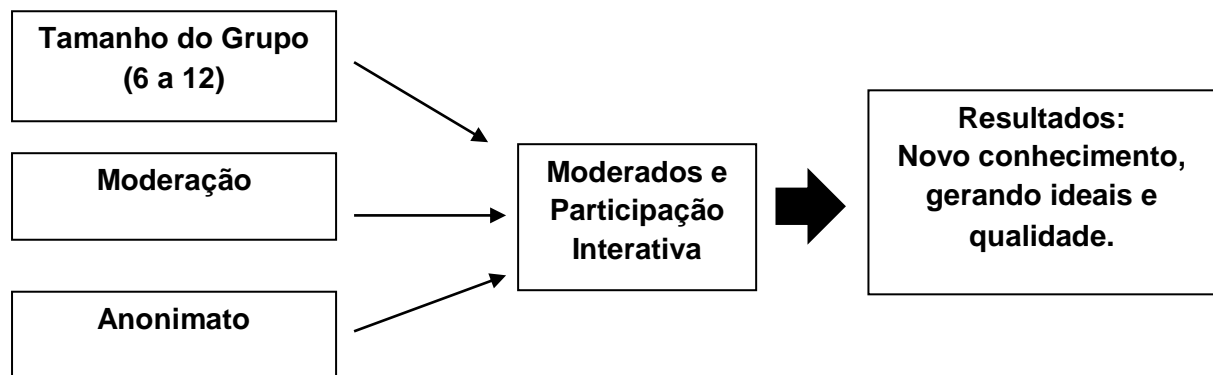
Grupos focais é um grupo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados (VERGARA, 2004, p. 56).

Sendo assim, essa técnica permitiu levantar dados para fazer levantamento das necessidades formativas da escola sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e/ adolescentes para um planejamento coletivo da formação com os docentes, como também no momento de PROSPECÇÃO fazer avaliação da formação e, ainda, mensurar sobre a sustentabilidade da formação e vislumbrar ações de continuidade da própria formação.

Pontua-se que isso foi possível, pois, segundo Morgan e Krueger (1993) esse tipo de técnica de pesquisa tem como objetivo entender, a partir das trocas nas discussões no grupo, conceitos, sentimentos como também atitudes, reações etc.; de um modo específico, que não seria possível captar através de outras técnicas. O

trabalho com o grupo focal permite a compreensão de contraposições, contradições, diferenças e divergências. Segundo Leitão (2003), a estrutura da criação do conhecimento nos grupos focais acontece da seguinte forma (Organograma 1):

Organograma 1 - Processo de construção de conhecimento nos Grupos Focais



Fonte: LEITÃO (2003, p. 54).

A vantagem de utilizar esse instrumento de coleta de dados é que ele simula uma conversa espontânea com interação dos sujeitos, porém, de certa forma, é mediada e direcionada para um objetivo em comum. E a partir desses conhecimentos produzidos foram tomadas decisões fundamentais para o decorrer da execução da pesquisa.

Em relação ao QUESTIONÁRIO, este me permitiu fazer uma anamnese na etapa de SENSIBILIZAÇÃO sobre a familiaridade dos professores com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. E Gil (1999, p. 128) define esse instrumento de coleta de dados como:

técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O autor segue com a análise e aponta as vantagens da utilização do questionário:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (GIL, 1999, p. 128-129).

Algumas dessas vantagens foram importantes para este momento, haja vista que na maioria das vezes, ao abordar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, os sujeitos podem trazer afirmações encharcadas de conceitos embasadas de senso comum. E como, em nenhum momento, esta pesquisa teve por objetivo avaliar ou julgar os conhecimentos dos docentes e sim fazer colaborar com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes através de uma ação colaborativa de formação de professores, este instrumento de coleta de dados serviu para fosse feito um levantamento das necessidades formativas para que a formação construída coletivamente pudesse de fato ser útil para aquele contexto, mas com o cuidado de não constranger nenhum deles por um posicionamento equivocado sobre essa temática. Nesse questionário foram mensuradas, em geral, questões como:

- ❖ Contato com a temática sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a formação inicial;
- ❖ Participação em ações de formação continuada sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ❖ Concepções das diversas nuances da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ❖ Atribuições do educador e da escola dentro do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ❖ Capacidade de reconhecer indicativos casos de abuso e exploração sexual nos alunos;
- ❖ Assertividade em saber quando e como fazer o encaminhamento de denúncias;
- ❖ Desmistificação de questões do senso comum sobre questões que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ❖ Consciência da escola dentro da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Esse levantamento de informações foi relevante para a realização da formação, pois, desta forma, foi possível conhecer o que cada sujeito conhecia e pensava sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes de forma individual

e planejar, assim, uma formação que assim pudesse suprir as necessidades formativas daquele grupo de docentes.

Na etapa de FORMAÇÃO e REFLEXÃO, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a observação participante. Sobre esse tipo de observação, Mann (1970, p. 96), afirma que a mesma é uma "tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles". Digo isto, pois minha participação foi constante dentro do grupo, pois estive com eles tanto no planejamento das ações, na formação, quanto em momentos de prospecção.

Ainda sobre as delimitações da natureza da observação, ela se caracteriza como individual e sistemática pelo fato que tem apenas um observador (eu) com a finalidade de coletar dados e acontecerá de maneira regular (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Esses momentos de observação foram sempre orientados por um roteiro de observação e registrados no caderno de pesquisa, para que o olhar ao objeto não se torne caótico e para que a ida ao campo possibilitasse dados consistentes (EARP apud ELLIOT, 2012, p. 196) para que eu pudesse compreender em que contexto os dados foram coletados.

Como já mencionado, ao mesmo tempo em que exerci o papel de formadora, também estava pesquisadora e com o objetivo de orientar minha observação nesse momento. A partir dos dados coletados nos grupos focais e nas sessões de observação emergiram os seguintes eixos de análise mediante as interações dos professores:

- A relação da Escola Estadual Paulo Maranhão e rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- As necessidades formativas dos professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- A naturalização da violência sexual mediante ao cotidiano social;
- Atribuições necessárias da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Todos os dados coletados pelos instrumentos de coleta de dados já expostos foram analisados a partir de pressupostos da Análise de Conteúdo,

fundamentada em Bardin (1995), principalmente, sendo que esta conceitua esse tipo de análise como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1995, p. 42)

A análise dos dados é etapa fundamental para qualquer tipo de investigação científica. Esse momento, segundo Bogdan e Biklen (1994), é o momento de sistematização de dados, transcrição de entrevistas, se houver, planificação de informações, entre outros métodos, para que assim o pesquisador possa ter uma visão geral dos dados coletados e avaliar a necessidade de ainda estar no campo para, por ventura, coletar mais dados para responder as questões de investigação.

Para tal, optou-se pela criação de categorias de análise, que segundo Bardin (1995, p. 117) este é um processo de:

classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos...sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Estas categorias de análise foram definidas a partir dos dados coletados nos grupos focais realizados e na observação durante os momentos formativos. Os dados levantados no questionário não serviram como material de análise, pois seu objetivo era apenas de fazer um levantamento do conhecimento docente sobre a temática para a construção da proposta de formação que conseguiria suprir essa demanda. Diante disso, elencou-se categorias de análise pertinentes ao objeto de estudo e que puderam produzir análises com objetivo de responder as questões de investigação e classificar as unidades de sentido existentes no texto. Feita essa classificação, esses dados coletados foram confrontados com o levantamento teórico existente sobre a temática.

Como essa pesquisa tem um caráter processual, esses dados e análises foram expostos de maneira que o relato de toda essa experiência de formação docente aconteceu, permeando todas as etapas da pesquisa colaborativa. Ressalta-se que neste tipo de pesquisa, esta coleta de dados aconteceu em vários momentos e a análise também. Salienta-se também que todas essas etapas e seus resultados serão melhores expostos na sessão seguinte, no qual toda essa experiência de

pesquisar/colaborar para o enfrentamento da violência sexual através da formação continuada de professores foi descrita e analisada.

3.2 Apresentando o espaço lócus do pesquisar/colaborar: Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Maranhão (Belém/PA)

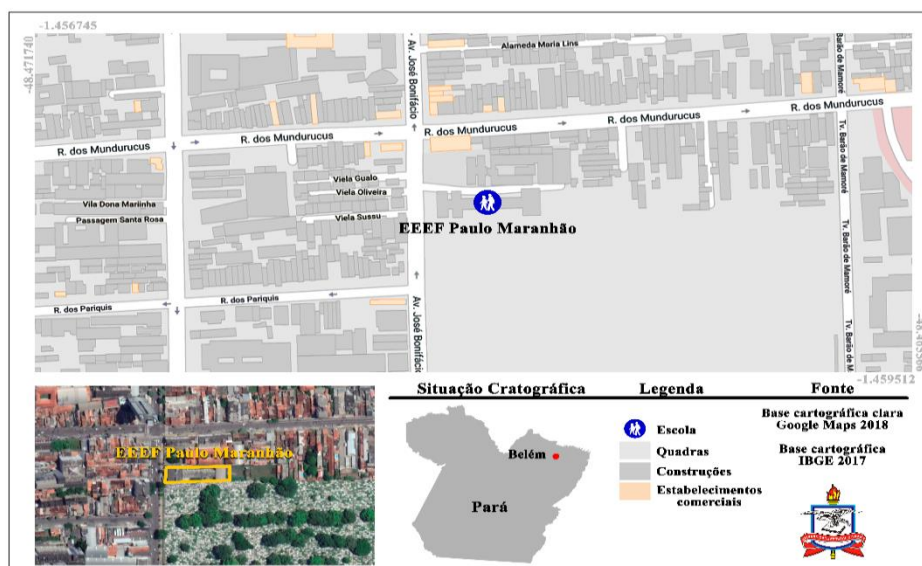
A pesquisa de caráter colaborativa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Maranhão, localizada na Avenida José Bonifácio, 1301, entre a Rua dos Mundurucus e Rua dos Pariquis, no bairro do Guamá, município de Belém/PA, conforme figura e mapa de localização a seguir:

Figura 1 – Fachada da Escola Estadual Paulo Maranhão



Fonte: Google Maps (2019).

Figura 2 – Mapa de localização da Escola Estadual Paulo Maranhão no bairro do Guamá



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O bairro do Guamá, segundo o Anuário Estatístico de Belém (2010), é o bairro mais populoso do município, sendo esse um dos motivos de escolha da escola como lócus de pesquisa.

Quadro 10 – Bairros mais populosos de Belém em 2010

Colocação/Bairro	População	% da população de Belém
1º Guamá	102.124	7,32
2º Pedreira	69.608	5,0
3º Marambaia	66.708	4,74
4º Tapanã	66.669	4,72
5º Marco	65.844	4,72
6º Jurunas	64.478	4,62
7º Terra Firme	63.191	4,53
8º Coqueiro	51.776	3,71
9º Sacramento	44.413	3,18
10º Telégrafo	42.953	3,08
TOTAL	637.764	45,6

Fonte: Anuário Estatístico de Belém (2010).

A escola recebeu esse nome em homenagem ao jornalista paraense de mesmo nome, falecido em 1966 na capital paraense. Atualmente, ela funciona nos três turnos, com 29 turmas, em 17 salas de aula. Segundo o Inep (2016), o nível socioeconômico de seus alunos é médio.

Figura 3 – Consulta de matrículas de 2019 da Escola Estadual Paulo Maranhão

Consulta das matrículas 2019				
URE: 19A URE - BELEM				
USE: Unidade 6				
Escola: EEEF PAULO MARANHÃO	Código MEC: 15040089	Diretor: CLAUDIA ROBERTA BARATA PURCELL DA COSTA		
Endereço: AV JOSE BONIFACIO	Município: BELEM	Bairro: GUAMA		
CEP: 66063075	Telefone: (91) 3229-1848	E-mail: -----		
CURSO	VAGAS DISPONÍVEIS	ALUNOS ENTURMADOS	ALUNOS NÃO ENTURMADOS	TOTAL DE MATRÍCULAS
ENS FUND EJA 1A E 2A ETAPA	5	30	0	30
ENS FUND EDUCACAO ESPECIAL	12	30	0	30
ENS FUND II DE 9 ANOS	92	234	0	234
ENS FUND EJA 3A E 4A ETAPA	25	123	0	123
TOTAL	134	417	0	417

Fonte: Portal de Matrículas de 2019 da SEDUC (2019).

Conforme a imagem acima, as modalidades que a escola oferece são: Ensino Fundamental II, Ensino Fundamental através da Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos da 1ª e 4ª etapa. Sendo que a concentração de matrículas está no Ensino Fundamental II, que possui 234 matrículas das 417, obtidas no ano de 2019.

Sobre o espaço físico que a escola possui:

- ❖ Biblioteca
- ❖ Sala de informática
- ❖ Sala de Leitura
- ❖ Quadra
- ❖ Pátio coberto
- ❖ Salas de aula com ventilador
- ❖ Quadra de esporte
- ❖ Sala de Recursos

Durante pesquisa exploratória, foi questionado se a escola havia pautado em seu Plano Político Pedagógico (PPP) a promoção de atividades sobre os direitos de crianças e adolescentes. Como resposta, obtive que o PPP da escola não era atualizado há 3 anos e que não era pautado. Mas, mesmo assim, segundo a direção, a escola tem o hábito de desenvolver atividades que discutem temáticas da infância, tanto que desenvolveu um grande projeto, que contou com a participação de toda a escola sobre o Trabalho Infantil, realizada em 2017, na qual os alunos pesquisaram sobre essa temática, levantaram dados do bairro, fizeram vídeos e participaram de rodas de conversas com representantes de outras instituições sobre a temática. Pontua-se que, nesse momento, ocorreu meu primeiro contato com a escola, no qual participei de uma roda de conversas com alunos e pais acerca das questões que envolvem o trabalho infantil.

Após esse primeiro contato, ainda na realização da pesquisa exploratória, constatou-se que, em relação ao enfrentamento de violência, mais especificamente da violência sexual contra crianças e adolescentes, percebeu-se que até aquele presente momento a escola ainda não havia desenvolvido nenhuma estratégia ou pautou isso dentro do planejamento de atividades, como relatou o Diretor da Escola, na época:

Aqui na escola nós nunca direcionamos as atividades para o enfrentamento deste tipo de violência de fato. Nem com os alunos, nem com os professores... Acredito que é uma 'boa', mas a gente nunca fez. São muitas demandas, sabe? A gente já teve vontade, mas não aconteceu. Mas acho super válido para todos.

Esse momento da pesquisa exploratória é de fundamental importância para o decorrer de qualquer pesquisa, pois é neste momento que o pesquisador verifica a viabilidade da realização da investigação naquele espaço e/ou com aqueles sujeitos. Foi também nessa etapa da pesquisa exploratória, que pude me aprofundar teoricamente sobre a temática de forma mais consistente através dos conceitos pertinentes ao Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio da formação continuada de professores, para isso me apropriei de conceitos discutidos, principalmente, por Azevedo e Guerra (1995), Canário (2005), Faleiros (2007), Barbosa (2008), Imbernón (2009, 2010), Miranda (2016), Landini (2011) e Santos (2011), que discutem pontos pertinentes para esta questão.

E para a realização desta pesquisa colaborativa, essa etapa foi primordial, pois a mesma se propunha a impulsionar a realização da formação de professores para que, futuramente, os professores pudessem incorporar ações de enfrentamento à violência sexual. E para tal acontecimento era necessário a escolha de uma escola que ainda não tivesse realizado nenhuma ação de enfrentamento deste tipo de violência, mas que ao mesmo tempo se disponibilizasse a fazer esse processo de forma conjunta a realização da pesquisa colaborativa.

A negativa de execução de qualquer tipo de enfrentamento à violência sexual já era de certa forma esperada, já que o levantamento de teses e dissertações já apontava que a instituição escolar, na maioria das vezes, negligencia seu papel dentro da Rede de Enfrentamento por diversos motivos. Notou-se, portanto, que esta escola não fazia o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes ou se o fazia, era de maneira muito particular, sendo uma ação do sujeito (professor) e não uma ação da instituição (escola).

Por isso, pontua-se que a realização da pesquisa colaborativa tornou-se viável, tendo em vista que a mesma funcionou como o impulsionador para a realização de formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e todo esse processo de colaboração será exposto e analisado na seção seguinte.

4. MOVIMENTO DA PESQUISA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA ESTADUAL PAULO MARANHÃO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*O agente que pesquisa é um agente que serve. Pesquisador e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes. Neste encaminhamento os sujeitos envolvidos aprendem a escrever a história através da sua própria história, porque conhecem a sua realidade, participam da produção do conhecimento e tomam posse dele.*¹⁶

Esta seção tem por objetivo relatar as etapas da pesquisa realizada desde seu planejamento, negociações com a escola, processo de sensibilização, formações, momentos de reflexão e prospecção. A partir deste relato, foram feitas análises, nos fundamentos da Análise de Conteúdo, sobre este processo colaborativo.

4.1 Primeiros passos: acordos, planejamento e estratégia de recrutamento dos participantes

Após o primeiro contato com a escola no qual fui convidada, por intermédio do Grupo de Pesquisa INCLUDERE, para participar de uma roda de conversa com pais e alunos para dialogar sobre a temática do Trabalho Infantil, verifiquei, em breve conversa com a direção e professores, que haveria uma possibilidade de abertura da escola para ser o lócus da pesquisa. Com isso, entrei em contato com a direção e marquei outro horário e outra data para conversar sobre isto.

Mesmo por telefone, a direção da escola mostrou-se muito receptiva com a minha ida para escola e quando questioneei, em contato inicial, se a escola teria interesse de começar a tecer uma conversa sobre a possibilidade de execução da pesquisa, o diretor respondeu: *“A escola tem total interesse em receber você e quem quiser somar no nosso espaço”*. Esta resposta positiva e até um pouco entusiasmada, mesmo que tenha sido apenas da direção, foi de fundamental importância para meu retorno ao campo, em especial, por causa da minha preposição, que seria de construir um processo de pesquisa colaborativo, tendo em vista que:

Esse processo implica em que os participantes assumam riscos, o que desenvolve a responsabilização, a confiança e a interdependência entre eles, além de favorecer a criação das zonas de desenvolvimento proximal

¹⁶ BRANDÃO, Carlos Henrique. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

mútuas, uma vez que, em esforços colaborativos, aprende-se um com o outro, ensina-se o que se sabe, numa apropriação mútua (SANTOS; MAGALHÃES, 2016, p.181).

Por conseguinte, no dia 10/10/2017 fui novamente à escola. Quem me recebeu dessa vez foi uma das vice-diretoras, dado que o diretor não se encontrava na escola, pois estava participando de uma formação da SEDUC/PA para realização da Prova Brasil.

Em seguida, apresentei-me novamente e falei sobre a minha experiência dentro da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, acerca do meu ingresso na pós-graduação e principalmente das inquietações sobre as posições que, geralmente, as pesquisas acadêmicas têm em relação à escola perante o enfrentamento de diversas violações de direitos em que colocam a instituição escolar e seus sujeitos em uma situação de julgamento, no qual apontam que esses espaços não executam sua função protetiva dos direitos de crianças e adolescentes e, além disso, não tentam compreender o contexto que faz com isso não aconteça. E mais, não apresentavam alternativas, mediante o conhecimento científico, que poderiam ser alicerces, colaborar e potencializar ações e práticas de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes.

Todos esses argumentos foram utilizados, ao passo que era necessário não somente convencer a minha inserção dentro da instituição escolar, como também fazer com que aqueles sujeitos pudessem acreditar naquela proposta e durante o processo de formação se permitir rever conceitos e ideias já estabelecidas culturalmente e historicamente.

Depois da resposta afirmativa da escola em participar de realização da pesquisa colaborativa, começamos a planejar a realização dos momentos formativos. Para isso, sugeriu-se a necessidade da realização de um Grupo Focal com alguns professores com o objetivo de começar a tecer os primeiros passos da pesquisa: sondar, de maneira geral, como a gestão da escola percebe a prática de enfrentamento da violência sexual, mesmo que ela não a faça; iniciar¹⁷ o levantamento das necessidades formativas dos docentes; identificar quais estratégias de recrutamento dos professores para participarem dos momentos formativos e marcar novos encontros.

¹⁷ Falo em iniciar, pois participaram apenas alguns docentes do grupo de professorado da instituição. E também por que foi no momento de sensibilização que pude levantar essas necessidades de maneira mais concreta.

Mediante o calendário escolar foi agendada a execução do Grupo Focal para o dia 12/12/2017, no período matutino. Com isso, solicitei que fosse realizado um convite aos professores para que participassem desse momento, posto que foram os principais sujeitos dentro da pesquisa.

No dia marcado, compareceram três professores, uma coordenadora pedagógica, uma vice-diretora e o diretor. Diante disso, a estruturação da discussão ficou da seguinte forma:

Quadro 11 – Estruturação Do 1º Grupo Focal

Eixo de discussão	Média de tempo de duração
Elucidação sobre o que é um grupo focal e objetivo, breve apresentação da pesquisa, e identificação dos participantes.	10 minutos
Vamos supor que uma aluna relatou está sendo abusada sexualmente por algum familiar, o que vocês fariam aqui dentro da escola?	15 minutos
O que vocês acreditam que os profissionais de educação precisam saber para que o enfrentamento da violência sexual ocorra?	15 minutos
Como podemos fazer com que os demais professores pudessem participar de uma formação sobre a temática?	20 minutos
Encaminhamentos Finais	5 minutos

Fonte: Autoria própria (2019).

A participação de todos foi muito positiva, pois colaboraram com falas muitos significantes perante as provocações que eram realizadas. E mediante a interação dos sujeitos do grupo, pudemos fazer as seguintes análises:

4.1.1 A Escola Estadual Paulo Maranhão e a rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Mediante a interação do Grupo Focal, percebemos que a direção da escola e todo o corpo técnico estão abertos para aprenderem sobre as questões que envolvem a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e, especificamente, ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como se percebe pela fala de um dos sujeitos colaboradores da pesquisa na escola, ao ser questionado se ele acreditava que sua prática poderia contribuir com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes:

SUJEITO A: É claro que a gente deseja que nosso trabalho aqui na escola ou lá fora faça com que crianças não passem por esse

sofrimento que não tenho nem como mensurar... é muito ruim pensar que tem um aluno nosso, que a gente convive possa estar passando por isso. Ninguém tem que saber sobre um caso desses e não fazer nada.

Apesar de ainda não existir uma prática efetiva e consciente de enfrentamento de qualquer tipo de violência na escola em geral, a consciência da importância é um início potente e agente transformador de toda uma prática, que por muito tempo negligenciou os direitos de meninos e meninas, podendo ser, inclusive, involuntariamente. Sobre isso, Farias (2006, p. 44) afirma:

É possível operar uma mudança profunda quando assinala que a mudança é uma práxis. É nessa direção que me proponho a pensar a mudança como um processo de resignificação da prática envolvendo um novo modo de agir, alicerçado em novos valores, símbolos e rituais: ela não se constitui isoladamente nem ocorre através de imposição. Trata-se de um processo demorado, delicado e sensível, que compreende as interações consensuais e conflituosas que perpassam as relações internas e externas da organização.

Desde o início do meu contato na escola, foi me relatado que naquele espaço não havia nenhuma orientação institucionalizada sobre como agir em casos de violência sexual envolvendo alunos. Nas intervenções que já ocorreram, os encaminhamentos foram realizados de forma muito intuitiva e de forma muito pessoal. Houve casos também que não existia confirmação da violência sexual e que não foram realizados encaminhamentos para isso.

Ressalta-se que, em nenhum momento, esta pesquisa aponta que a prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é uma atividade individual, sobre a qual somente a atitude de um indivíduo é capaz de fazê-la. Compreendemos que o enfrentamento desse tipo de violação de direitos (ou de qualquer outra tipificação de violência) é feito de maneira coletiva, organizada e consciente dentro de ações de uma Rede de Proteção. Conceitua-se rede de proteção como:

um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em relação a uma política e que trocam entre si recursos para perseguir esses interesses comuns, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns (BÖRZEL apud TEIXEIRA, 2007, p. 16).

Ainda sobre a rede de enfrentamento, foi relatado nesse momento uma falta de retorno mediante os casos de maus-tratos que foram encaminhados ao Conselho

Tutelar, pois, a escola nunca sabia quais tinham sido as deliberações feitas pelo Conselho e pelos demais órgãos, tal como relata um dos sujeitos colaboradores:

SUJEITO B: A gente sabe que em certas situações, as coisas que acontecem com os alunos não dependem da gente aqui pra resolver. Só que o problema é que quando sai daqui a gente não tem nenhuma devolutiva dos casos aí a gente não sabe nem como proceder às vezes. Eles (conselho tutelar) às vezes chegam aqui, quando aparecem, com uma postura superior a gente perde até a confiança.

Este relato contraria totalmente o que se discute sobre o trabalho em rede para a proteção e defesa dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes. E conforme Oliveira et al. (2006, p. 144), observa sobre:

a concepção de rede permite que novos parceiros se agreguem, ampliando o espectro inicial de instituições e, portanto, de alternativas de intervenção. Por isso, ampliar parceiros, envolver instituições governamentais e não-governamentais e a comunidade são diretrizes que norteiam a rede de proteção. Como partícipe de uma rede, cada um tem o seu papel. Isso implica em mudanças de postura e prática de não envolvimento e de passar o problema adiante, tanto nos serviços como na própria comunidade.

Desse modo, percebe-se que falta melhoria de comunicação entre a Escola Estadual Paulo Maranhão e a rede de proteção que atua no bairro do Guamá. Por isso, é necessário o estabelecimento de objetivos mútuos para que o fluxo de encaminhamentos de casos ou suspeitas de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorram da forma mais adequada possível.

4.1.2 As necessidades formativas dos docentes da Escola Estadual Paulo Maranhão

A partir da indagação realizada no grupo focal “O que vocês acreditam que os profissionais de educação precisam saber para que o enfrentamento da violência sexual ocorra?” muitos apontamentos foram realizados pelos próprios docentes e pela gestão da escola. Primeiramente, foi lembrado que grande parte dos professores e diversos profissionais não tem a ideia da tamanha complexidade do fenômeno da violência sexual, conforme aponta a seguinte fala:

PROFESSOR B: *Acho que tem muita gente aqui que acha que essas coisas não acontecem com tanta frequência ou que só acontece lá no interior do interior com uma família miserável e tudo mais e não pensam que isso tá muito próximo da gente e até da nossa casa mesmo.*

Mediante este relato, foi sugerido que os docentes podem não ter a dimensão dos dados alarmantes sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, como por exemplo, os dados revelados no Relatório Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018):

- ❖ Entre 2011 e 2017, o Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes, No período foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes.
- ❖ Crianças e adolescentes do sexo feminino também são maioria entre as vítimas de violência sexual. Representam 74,2% dentre as crianças e um número ainda maior dentre as adolescentes: 92,4%.
- ❖ Entre as crianças, o maior número de casos de violência sexual acontece com crianças entre 1 e 5 anos (51,2%). Já entre os adolescentes, com os jovens entre 10 e 14 anos (67,8%).
- ❖ Negros e mulheres são maioria entre as vítimas. Tanto entre adolescentes quanto crianças, as vítimas negras tiveram a maior parte das notificações (55,5% e 45,5%, respectivamente).
- ❖ Nos casos envolvendo adolescentes, em 92,4% das notificações o agressor era do sexo masculino. Nos casos envolvendo crianças, em 81,6%.

O desconhecimento da gravidade dos dados pode levar a uma falsa impressão que o enfrentamento da violência sexual não é uma pauta urgente da sociedade como um todo, o que mostra um fenômeno de invisibilidade das diversas violações de direitos que milhares de crianças e adolescentes já sofreram ao longo da história. Sobre isso, alerta-se que:

Analisar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo (PRIORE, 2004, p.3)

Outro ponto levantando neste grupo focal é que muitos professores não saberiam de fato quais seriam seus limites e possibilidades dentro enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes:

SUJEITO C: Eu acredito que eles(professores) podem ter medo de fazer algo além da sua "ossada" e o jogo acabar virando, entende? E se uma pessoa que foi denunciada quiser se vingar? E se a pessoa que for denunciada for inocente?

Está no imaginário de muitos que assuntos relacionados com a vida particular dos alunos não seja de responsabilidade da escola. Porém, a educação prevê a

formação integral do sujeito e como garantir que essa formação tenha seu desenvolvimento pleno saudável se um direito humano básico é violado? Sobre isso, pontua-se sobre a relação professor-aluno:

A obrigatoriedade, presente na legislação brasileira desde 1990, quando da decretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou substancialmente as relações médico/paciente e professor/aluno. A partir de então, passou a ser exigida uma postura mais protetora por parte de ambas as categorias profissionais (LANDINI, 2011, p. 88-89).

Diante disso, é necessário repensar elementos dessa relação e garantir que os professores tenham instrumentos e conhecimentos para que esse relacionamento possa ter um caráter protetivo quanto aos direitos de meninos e meninas.

4.1.3 Definindo a estratégia de recrutamento dos participantes do movimento pesquisar/colaborar

Durante a realização do grupo focal e mediante o que foi dialogado, instigado com os participantes e sobre quais estratégias de recrutamento poderiam ser feitas para que os professores participassem do processo de formação proposto pela pesquisa. Com isso, considerando a discussão da complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e acerca da participação dos docentes, os participantes falaram que:

SUJEITO D: Só vai querer participar quem entender e tiver consciência da gravidade da questão!

De fato, não seria interessante para quem não tivesse a consciência das peculiaridades do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes e também da gravidade. Portanto, essa participação não poderia ser impositiva e obrigatória, pois, sendo assim, a pesquisa perderia sua essência colaborativa e democrática. Era necessário que quem participasse estivesse disposto a aprender e a participar do momento de formação e de reflexão da sua prática, pois a pesquisa colaborativa, segundo Magalhães e Liberali (2011, p. 299-300) é um:

[...] espaço para autoconhecimento e para novas produções; como contexto de empoderamento, mas também, e centralmente, como espaço de criticidade dos diferentes modos de ser profissional, de pensar e agir, na

relação com outros; dos modos como entendem seus papéis na atividade com base em experiências sóciohistóricas acadêmicas e políticas.

Desse modo, foram descartadas estratégias de recrutamentos impessoais como cartazes, e-mail ou avisos e acordada a realização de um encontro com os professores durante a Jornada Pedagógica que antecedia o início do período letivo. Este momento não teria um caráter formativo de fato, apesar de já ser o início de uma formação, mas sua principal característica seria de sensibilizar os docentes para participação da formação e também seria a oportunidade de me apresentar oficialmente para os demais professores e funcionários. Sendo assim, a execução deste momento foi agendada para o dia 16 de Janeiro de 2018, a qual será apresentada e analisada a seguir.

4.2 Sensibilização dos docentes: conhecendo a violência sexual contra crianças e adolescentes para enfrentá-la

Mediante o acordado durante o Grupo Focal nº1, no dia 16 de Janeiro de 2018, das 14h às 17h, durante a Jornada Pedagógica da Escola, ocorreu e o primeiro momento de sensibilização, o qual teve os seguintes objetivos:

- ❖ Minha apresentação para o corpo docente e apresentação da pesquisa e seus objetivos;
- ❖ Explanar sobre a importância de se discutir sobre essa temática dentro da escola com os professores e alunos;
- ❖ Sensibilizar os docentes para a participação na pesquisa e como ela poderia colaborar com a escola.

De acordo com a realidade do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola e nas outras instituições escolares em geral, decidiu-se, durante o planejamento, que nesse momento fosse discutido e apresentado de maneira mais resumida o fenômeno da violência, de modo que os docentes pudessem perceber a complexidade dessa violação de direitos e sensibilizá-los para a necessidade de formação. Isto também aconteceu para que eu, na condição de pesquisadora e formadora, pudesse tecer, a partir desse primeiro momento, uma proposta mais completa que pudesse ir ao encontro com as dúvidas e necessidades de aprofundamento dessa temática que surgiu nesse encontro.

Como complementação do levantamento das necessidades formativas, antes do início da sensibilização, foi realizado um questionário cujas respostas não serviram como objeto de análise, mas sim, como sondagem sobre quais conhecimentos prévios os docentes tinham sobre a temática e definir um ponto de partida para o momento formativo de fato. Esse instrumento abordou as concepções dos professores dentro do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes através dos seguintes pontos:

- ❖ *Se é atribuição do professor realizar a denúncia de casos e/ou suspeitas;*
- ❖ *Se somente a suspeita de casos seja razão de denúncia;*
- ❖ *Se há a necessidade de confissão da criança ou adolescente para que seja realizada a denúncia;*
- ❖ *Se há possibilidade de resolução ou encaminhamentos de casos de violência sexual sem envolver outras instituições;*
- ❖ *Se consideram-se aptos em identificar e encaminhar casos de violência sexual;*
- ❖ *Mitos e verdades relacionados à violência sexual.*

Esse momento de sensibilização teve os seguintes eixos de discussão:

- ❖ *Conceitos e tipificações gerais da violência sexual contra crianças e adolescentes;*
- ❖ *Indicativos da violência sexual contra crianças e adolescentes;*
- ❖ *Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes;*
- ❖ *O papel da escola e do professor no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.*

Figura 04 - Sensibilização com Professores na Escola Estadual Paulo Maranhão



Fonte: Autoria Própria (2018).

Como recursos didáticos foram utilizados os seguintes:

- ❖ Apresentação em slides com os conceitos sobre violência sexual;
- ❖ Vídeo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência “Cara a cara com a Jô”, em formato de entrevista produzido pela ONG Rádio Margarida, com financiamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011);
- ❖ Cena do filme nacional “Anjos do Sol” (2006), que trata sobre o tráfico de pessoas com fim de exploração sexual de meninos e meninas;
- ❖ Documentário “A ira de um anjo” (1989), que apresenta o caso da menina americana Beth, que desenvolveu uma desordem emocional e traços de sociopatia advindos de abuso sexual cometido pelo pai biológico até os 2 anos de idade.

Figura 05- Sensibilização com Professores na Escola Estadual Paulo Maranhão



Fonte: Autoria Própria (2018)

Nesse momento de formação participaram 9 professores que atuam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da escola. E utilizamos esse momento como uma forma de sondagem para futuros momentos formativos, mediante os quais pode-se levantar os seguintes dados, através de um breve questionário:

- ❖ 5 professores tiveram em algum momento contato com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes durante sua graduação, mesmo que de forma breve;
- ❖ Os 4 demais afirmaram que essa temática era completamente desconhecida para eles durante a graduação;

❖ Somente 3 professores afirmaram que saberiam prover os encaminhamentos que um caso ou uma suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes requer;

❖ Os 6 demais afirmaram que não saberiam ou não os fariam com total segurança;

❖ 4 professores afirmaram que já vivenciaram suspeita ou caso de violência sexual que vitimavam seus alunos. Os 5 demais responderam que não, porém, eles levaram em consideração somente a violência sexual com contato físico.

Uma questão importante que surgiu nesse encontro, ao passo que em um dado momento um dos professores proferia algumas falas do senso comum em relação á violência sexual contra adolescentes do gênero feminino:

PROFESSOR D: Até entendo a necessidade de se falar sobre este absurdo que acontecem com as crianças, tá ok, mas a senhora tem que concordar comigo que essas adolescentes hoje estão muito espertas. Às vezes ela pode falar querendo até prejudicar o professor e a gente fica refém né? Aconteceu isso com um colega que a menina provocou só pra ferrar ele depois. Como a gente fica, me responde hein? Quem resguarda a gente?"

Essas falas encharcadas de machismo e senso comum, principalmente vindo de um professor, alertou sobre como a violência está naturalizada nas relações sociais, sobre as quais a cultura de culpar a vítima, quando a mesma está em uma situação de poder inferior, permanece. Acerca disso, Miranda (2016, p. 29) salienta que:

A dinâmica de relações entre o agressor e a vítima se organiza em uma atmosfera de controle e poder, estabelecidos de tal forma que a criança ou o adolescente incorpore a mensagem de que, em todos os aspectos, ele está subordinado ao adulto e que este exerce domínio sobre ele mesmo.

O acontecimento acima relatado alerta quanto à urgência de trabalhar a prática docente numa perspectiva mais humana, respeitosa e que garanta respeito aos direitos de meninas e meninos.

De maneira geral, os participantes desse momento se mostraram sensibilizados e dispostos a participar dos próximos encontros e contribuíram com muitas falas e depoimentos sobre a temática. Como forma de continuação do dialogo já posto, um material de leitura foi encaminhado para os e-mails dos professores. O material selecionado foi o “Guia Escolar: Identificações de sinais de

Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente” (SANTOS, 2011), cujo objetivo dessa publicação segundo o próprio autor é de:

[...] informar os educadores sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo que possam contribuir para a prevenção desse fenômeno, bem como cumprir com seus compromissos ético, moral e legal de notificar as autoridades competentes acerca dos casos suspeitos ou confirmados de violações de direitos humanos, abuso e exploração sexual (SANTOS, 2011, p.11).

Esta publicação serviu de material didático do momento de formação que sucedeu o momento de sensibilização. Com as informações levantadas na sensibilização, pudemos então elaborar um momento formativo com muito mais aprofundamento da necessidade do tema. Para que esse momento acontecesse, foi necessário fazer uma negociação com o intuito de conceder meio turno de folga aos professores que demonstraram interesse em continuar participando do processo de formação para que eles pudessem reorganizar a agenda de trabalho, dado que a maioria também trabalhava em outros espaços no mesmo dia. Então, no dia 28 de Agosto, de 8h às 17h, ocorreu o momento formativo no qual discutimos de forma mais consistente a temática, fato que será apresentado e analisado na próxima subseção.

4.3 Formação docente e autorreflexões: construção de uma prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes baseada em conhecimentos científicos

4.3.1 Momento formativo: empoderando professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Com objetivo de aprofundar nossos diálogos sobre essa temática e refletir sobre caminhos que pudessem fortalecer o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela Escola Estadual Paulo Maranhão foi realizado este momento formativo no dia 28 agosto de 2018 de 8h às 17h, o qual será relatado nesta subseção. Compareceram 15 professores de diversas disciplinas que aceitaram colaborar com este momento formativo, ou seja, houve o interesse de outros professores que não haviam participado da sensibilização e que ficaram sabendo por outros docentes sobre a pesquisa. Alguns deles, inclusive, antes do início da formação vieram ao meu encontro para saber mais sobre a preposição da

pesquisa colaborativa. A distribuição de professores participantes por disciplinas pode ser visualizada da seguinte maneira:

Tabela 01- Quantitativo participantes por disciplina no Momento Formativo

DISCIPLINA	QUANTITATIVO
Ciências	1
Coordenação Pedagógica	2
EJA 2ª Etapa	1
Ensino Religioso	1
Geografia	1
Língua Inglesa	2
Língua Portuguesa	2
Matemática	3
Sala de Recursos	1
Vice Direção	1
TOTAL	15

Fonte: Elaboração própria a partir de lista de frequência (2018).

Os elementos da tabela acima: “Coordenação Pedagógica”, “EJA 2ª Etapa”, “Sala de Recursos” e “Vice-direção” não são disciplinas, mas foram contabilizados como se fossem para que pudesse ser fornecido o quantitativo total de participantes.

Ao iniciar a formação, reafirmei o meu compromisso de não estar naquele espaço em uma posição de poder e que a pesquisa proposta não tinha objetivo de demonstrar que eles (professores) eram os “culpados” pelo enfrentamento da violência sexual não esteja sendo realizada de maneira consciente e eficaz. Pelo contrário, nosso objetivo era de colaborar com uma prática de enfrentamento a partir da formação e reflexão de novas possibilidades de posturas e execução de ações. Considero essa fala importante para que todos compreendessem o movimento das técnicas da pesquisa colaborativa de fato e que rompessem com os papéis estabelecidos historicamente dados ao pesquisador de pós-graduação e o professor da escola. Além disso, apresentei brevemente a minha experiência dentro da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e da formação de professores com este fim para que, dessa forma, eles pudessem

compreender que minha fala não partia do senso comum, pois como Imbernón (2010, p. 29):

O desconforto de práticas formadoras baseadas em processos de especialistas infalíveis ou acadêmicos, pois, em casos assim, os professores são uns ignorantes que assistem as sessões que pretendem “culturalizá-los” profissionalmente, que tentam solucionar seus problemas, muitas vezes, sendo conduzidas por um formador sem experiência prática.

Do mesmo modo, ressaltei que a prática de enfrentamento da violência sexual é algo que se constrói coletivamente com a repetição de ações conscientes e intencionais para a proteção e defesa dos direitos de meninos e meninas. Acrescentei que era necessário saber o que fazer perante casos ou confirmações de abuso ou exploração sexual contra crianças e adolescentes, o motivo de fazer e quais seriam as consequências se o mesmo não fosse realizado e para isso ocorrer fazia-se preciso conhecer o assunto dentro de embasamentos científicos, não somente nos momentos em que a pesquisa iria propor, mas, constantemente, enquanto a docência permanecesse na vida deles. Além disso, nesse momento confidenciei o meu desejo que a realização da pesquisa, pudesse ser um impulsionador para novas ações da escola e que o diálogo sobre essa temática permanecesse além da minha passagem na escola.

Mediante as interações do Grupo Focal nº1, da experiência com a sensibilização dos docentes e das devolutivas dos questionários o conteúdo teórico foi baseado na obra *Guia Escolar: Identificações de sinais de Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente* (SANTOS, 2011), cujo material já havia sido encaminhado previamente aos docentes. Esse material era familiar, tendo sido parte da bibliografia para a realização do curso de aperfeiçoamento “Empoderando Comunidades Escolares Paraenses para o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” da UFPA, no qual ministrei disciplinas nos municípios de Cametá, Breves, Bragança e Muaná. E com a experiência positiva da obra, optei pela mesma para este novo momento de formação. Deste modo, os eixos de discussão da formação ficaram definidos da seguinte forma:

❖ **Conceitos e definições:** Apresentação dos conceitos de criança, adolescente, violência, violência sexual contra crianças e adolescentes, abuso sexual, abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual extrafamiliar, abuso sexual com

contato físico, abuso sexual sem contato físico e suas especificidades, exploração sexual e suas especificidades, incesto, pedofilia, entre outros;

❖ **Mitos e realidades: desmistificação das afirmações do senso comum sobre a temática:** diálogo sobre como a violência sexual contra crianças e adolescentes consegue atingir todos os níveis econômicos, culturas, raças e classes da sociedade, a inexistência de um perfil físico, de gênero, de classe, de renda, de orientação sexual que possa ser estabelecido ao abusador, nem sempre a violência sexual está relacionada com agressão física, que a maioria dos casos de violência sexual ocorre dentro do seio familiar das crianças e adolescentes, entre outros;

❖ **Níveis de Prevenção:** apresentação dos níveis de prevenção da violência contra crianças e adolescentes (primária, secundária e terciária) e identificado em qual nível à escola precisa se enquadrar (primária);

❖ **Atribuições dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes:** apresentação do papel de todos os profissionais na proteção e garantia de direitos de todos como competência de suas profissões;

❖ **Indicadores da violência sexual:** exposição de indicadores físicos, emocionais, psicológicos e comportamentais podem ser sinais de que a criança ou o adolescente possa estar sofrendo algum tipo de violência sexual;

❖ **Escola como espaço de proteção, papel da escola e do professor como agentes de proteção:** identificação das potencialidades da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes dentro da Rede de proteção;

❖ **Formação de professores sob a perspectiva dos direitos humanos:** compreensão da necessidade de potencializar a formação dos professores da formação inicial a formação continuada para que os direitos humanos de meninas e meninos possam ser protegidos;

❖ **Aspectos legais, leis de proteção à criança e ao adolescente, denúncia e responsabilidade do professor:** foram apresentados trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal que evidenciam esse papel ao profissional da educação;

❖ **Formas de encaminhamento:** meios de fazer uma denúncia de um caso/suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes e os encaminhamentos dados pelas instituições que fazem parte da Rede de Proteção dos direitos de meninas e meninos.

A formação aconteceu na sala dos professores e contou com o auxílio da projeção de apresentação em *powerpoint*, caixa de som e exibição dos vídeos disponíveis no *YouTube* para fomentar a discussão da temática. A participação de todos foi constante através de relatos, dúvidas e contribuições. Foi um momento de muita escuta, no qual senti a necessidade de alguns docentes de serem escutados e principalmente compreendidos nos dilemas de sua identidade profissional. Eles falaram que muitos encontros e palestras que eles já tinham participado consideravam que a resolução de problemas que reverberam na escola aconteceria apenas por uma mudança de atitude ou adoção de uma nova técnica ou metodologia proposta, como se pode perceber pela fala da Professora D:

Tem coisas que o professor pode querer como for resolver ou intervir, mas ele sozinho não tem como mesmo. Sem nenhuma ajuda ou suporte seja da escola, ou da secretaria ou da política de educação mesmo. Mas quase ninguém vê isso e o pior quando acontece a culpa é só nossa.

Por intermédio do desabafo da professora, percebem-se vários conflitos da prática dos professores, que por muitas vezes pode colaborar com o mal-estar docente, confundindo o processo de identidade do sujeito professor quando esse ideal não é alcançado, tal qual Silva (1999) observa:

O foco da teorização crítica no local de trabalho e no conhecimento técnico e científico sobre o trabalho tem impedido uma consideração mais ampla do processo de formação da subjetividade e da identidade. Esse foco no local de trabalho e na produção deixa de levar em consideração o complexo processo pelo qual a formação da subjetividade contemporânea está ligada, no capitalismo contemporâneo, ao campo cultural formado pela esfera de consumo (SILVA, 1999, p. 76).

A partir dessas observações neste momento de formação, pode-se constatar que para a realização de uma prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a formação é um pilar importante para tal prática, porém não é o único. É necessário dar condições aos docentes para que busquem essas oportunidades de formação e aperfeiçoamento de forma democrática e de qualidade.

4.3.2 Momento reflexivo: refletindo e exercitando a prática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Depois desse ciclo de aprofundamento teórico através desse momento formativo, no dia 10/09/2018, foi realizado um momento reflexivo para que através da experiência na formação e leitura do Guia Escolar, pudéssemos fazer exercícios sobre casos fictícios e analisar a nossa tomada de decisões. Dos 15 professores que participaram do momento formativo, 13 compareceram no momento reflexivo, conforme tabela a seguir (Tabela 02):

Tabela 02- Quantitativo de participantes por disciplina no Momento Reflexivo

DISCIPLINA	QUANTITATIVO
Ciências	1
Coordenação Pedagógica	2
Ensino Religioso	1
Geografia	1
Língua Inglesa	2
Língua Portuguesa	2
Matemática	3
Sala de Recursos	1
TOTAL	13

Fonte: Elaboração própria a partir de lista de frequência (2018)

No decorrer desse momento reflexivo os professores voltaram-se para uma autoanálise conjunta da prática, com as quais coletivamente criaram estratégias para realizar ações de enfrentamento a partir das situações motivadoras, através de casos fictícios suspeitas ou confirmações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentro da metodologia da Pesquisa Colaborativa, Ferreira (2009, p. 132) define este momento de reflexão como:

[...] procedimento que objetiva propiciar condições para (re) significar seus conceitos. Centra-se na atividade reflexiva como elemento mediador da reformulação de conceitos em estágios mais elaborados e do desenvolvimento de estados de consciência quanto a sua aplicabilidade na resolução de problemas advindos da realidade, assim como, a busca da satisfação das necessidades individuais e sócio-culturais dos aprendizes.

Nesse momento foram utilizados os seguintes casos fictícios para análise conjunta:

Caso 1: *Menina, 10 anos. Tem várias faltas, sempre aparece com o uniforme sujo e aparenta não tomar banho. A professora já reparou que possui hematomas que provavelmente seriam de uma agressão*

física e detectou que a relação familiar é violenta e que passam por necessidades financeiras constantemente.

Para o encaminhamento deste caso, o grupo de professores, em acordo com a concepção primária de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a qual foi bastante reforçada durante o momento formativo em que a escola deveria trabalhar primordialmente, atentou que não há necessidade de um caso de violência sexual acontecer para que haja uma intervenção dos sujeitos da escola, mas sim que a escola deveria trabalhar na diminuição das situações de riscos que podem potencializar o acontecimento de casos de violência sexual. E os riscos detectados pelos professores foram os seguintes:

- ❖ Negligência;
- ❖ Violência física;
- ❖ Ambiente familiar perigoso;
- ❖ Necessidades financeiras.

Diante desses agravantes, os professores relataram que associados aos motivos expostos, era necessário que a direção, representando a instituição escolar, encaminhasse uma denúncia ao Conselho Tutelar do distrito e solicitasse que as medidas a serem tomadas pelos órgãos competentes fossem compartilhadas pela escola para que permitisse fazer o acolhimento necessário daquela aluna.

Caso 2: *Menina, 11 anos. Mudou de humor repentinamente, hoje é triste e não socializa como antes. O professor reparou que a aluna não pega mais o lanche ofertado pela Merenda Escolar. A coordenação pedagógica já conversou com ela e ela disse que não há nada acontecendo, porém a professora de Educação Física percebeu marcas de cortes em seu braço sugerindo auto-fragelação e que ela não quer mais participar das atividades físicas como antes.*

Mediante o relatado, os professores identificaram os seguintes indicativos de ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes:

- ❖ Mudança de humor;
- ❖ Isolamento social;
- ❖ Falta de apetite;
- ❖ Possível tentativa de suicídio;
- ❖ Recusa em participar de atividades físicas.

Segundo os docentes, diante desses indicativos consistentes de possível violência sexual, como no caso anterior, é necessário que a direção, representando a instituição escolar encaminhasse uma denúncia ao Conselho Tutelar do distrito e solicitasse que as medidas que fossem tomadas pelos órgãos competentes pudessem ser compartilhadas pela escola para que a mesma pudesse fazer o acolhimento necessário da aluna.

Caso 3: *Adolescente do sexo masculino, 15 anos, de família humilde, aparece com roupas, sapatos e relógios de marca, sempre chega atrasado, pois não consegue acordar cedo devido ao sono e confidenciou ao professor da sala de informática que contraiu uma IST (Infecção sexualmente transmissível).*

Diante do exposto, os professores identificaram os seguintes indicativos de exploração sexual contra crianças e adolescentes:

- ❖ Objetos de alto valor econômico que não condiz com a realidade da família;
- ❖ Muito sono devido ao possível trabalho noturno;
- ❖ Surgimento de IST.

Neste caso, foi discutido pelos docentes que mesmo que essa situação fosse uma questão “consciente” do aluno, esse consentimento deveria ser revisto, pois todo contexto de uma rede de exploração sexual de meninos e meninas é de extremo risco para o desenvolvimento dos mesmos. E tal como nos casos anteriores, é preciso que a direção, representando a instituição escolar encaminhasse uma denúncia ao Conselho Tutelar do distrito e solicitasse que as medidas que fossem tomadas pelos órgãos competentes pudessem ser compartilhadas pela escola para que a mesma faça o acompanhamento necessário daquele aluno.

Ao final da exposição desses casos, o grupo também sugeriu que na escola desses casos pudesse ser feito um trabalho de prevenção com os alunos por meio de oficinas e palestras para que fossem discutidos temas como sexualidade, violência sexual e protagonismo juvenil. Mediante a construção coletiva de encaminhamentos aos casos expostos, obteve uma resposta satisfatória e de atitudes adequadas ao enfrentamento do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

É importante destacar que durante o processo formativo e reflexivo, eu, além de formadora também assumi o papel de pesquisadora através da observação. Por intermédio dessa dupla função, o registro foi realizado em momentos nos quais os docentes estavam concentrados vendo os vídeos ou nos intervalos das atividades. Como otimização do tempo, fui pontuando as observações em pontos para que na finalização das atividades eu pudesse aprofundar os relatos. E a partir dessas observações, pode-se destacar as análises apresentadas na sequência.

4.3.3 A naturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes mediante ao cotidiano social

A partir da minha fala, alguns professores contribuíram fazendo observações de como, às vezes, as relações de violência estão naturalizadas e que a tipificação de violência sexual sem contato físico é, na maioria das vezes, naturalizada. Destacaram que essa falta de conhecimento que certas situações são tipificadas como violência, dificultam ações de prevenção ou uma intervenção e que por consequência maior não há a ruptura do ciclo de violência. Isso pode ser exemplificado através da fala da Professora P:

Se a gente for analisar a nossa vida, principalmente a gente que é mulher né? Vai ser muito difícil afirmar que não sofremos violência sexual pelo menos uma vez na vida, principalmente essa sem contato físico. Quem nunca teve um amigo do pai, um tio, um vizinho que assediou a gente quando a gente era mocinha, que mexia com a gente na rua?

Esse recorte de gênero dentro da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes é recorrente, haja vista que a violência em si é uma manifestação de uma relação de poder e, historicamente, mulheres sofrem com desigualdades estabelecidas por essa disparidade social e com isso:

decolam de reconstruções do sexual, de resignificações do corpo, de relações afetivas e da libido e se reforçam por estereótipos e discriminações contra o outro. É quando, por exemplo, o sistema de gênero – as assimetrias entre os sexos e a objetificação do corpo da mulher em função do desejo do outro –, colaboram para práticas de violências, abusos e assédios e na valorização e tratamento do negativo, em nome de desejos e até de afetos (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 256).

Ainda sobre essas nuances, os educadores, diante das contribuições da formação, relataram que seria importante que todos os sujeitos da escola (alunos,

professores e funcionários) pudessem identificar essas situações. Nesse aspecto, a colocação do Professor R chamou atenção: “*Só se combate o que a gente sabe que é pra combater. De resto passa batido, professora*”.

Sobre essa necessidade de conhecer para além dos conhecimentos científicos prescritos no currículo tradicional, Pimenta e Ghedin (2001, p. 137) ressaltam que:

É necessário transcender os limites que se apresentam inscritos em seu trabalho, superando uma visão meramente técnica na qual os problemas se reduzem a como cumprir as metas que a instituição já tem fixadas. Esta tarefa requer a habilidade de problematizar as visões sobre a prática docente e suas circunstâncias, tanto sobre o papel dos professores como sobre a função que cumpre a educação escolar. Isto supõe: que cada professor analise o sentido político, cultural e econômico que cumpre a escola; como esse sentido condiciona a forma em que ocorrem as coisas no ensino; o modo em que se assimila a própria função; como se têm interiorizado os padrões ideológicos sobre os quais se sustenta a estrutura educativa.

O empoderamento das comunidades escolares é uma estratégia fundamental para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. E somente conhecendo e identificando as diversas nuances da violência sexual é que poderemos construir ferramentas para desnaturalizá-las de nossos cotidianos e construir nossas relações baseadas no respeito mútuo e na valorização dos direitos para o estabelecimento da dignidade humana de crianças e adolescentes.

4.3.4 Atribuições da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Durante a formação, a maioria dos professores conseguiu reconhecer que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes precisa fazer parte de sua prática pedagógica. Isso demonstra que foi compreendida a importância do empoderamento sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e a consciência de seu papel e da importância na defesa dos direitos sexuais dos alunos, fazendo com que possam vivenciar uma sexualidade saudável e sem violência para que, dessa forma, sejam tomadas atitudes adequadas de enfrentamento, que estejam alinhadas com o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

Compreender essa responsabilidade é importante, pois o professor precisa se sentir um dos elementos que compõem a Rede de Proteção e entender que sua ação é fundamental para o encaminhamento e prevenção de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse contexto, Henriques, Fialho e Chamusca (2007, p. 41-42) enfatizam que:

Ao se integrar à Rede de Proteção, a escola torna-se um canal estratégico para a efetividade das ações de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, oferecendo informações, conhecimentos, experiências e capacitação aos operadores da Rede e a educadores e demais profissionais envolvidos com o universo escolar e com o dia-a-dia de crianças e adolescentes. [...] Essas interações possibilitam perspectivas multidisciplinares, renovadas e integradoras, que redimensionam o papel da escola e da educação frente aos violados e violadores dos direitos. O espaço escolar pode ser tanto um fórum aberto para essa problemática quanto um local de acolhimento, proteção e apoio solidário aos diretamente atingidos pela violência.

Conscientizar-se sobre isso é fundamental para que o professor possa exercer seu papel dentro da rede de proteção, como também possa exercer seu papel correspondente à formação integral dos educandos, visando também às vivências e experiências de violência as quais compõem a vida deles e que não podem passar despercebidas pela escola.

Os professores também relataram os conflitos que cercam essa consciência, conforme aponta a fala do Professor F:

Acho que alguns de nós eu, até eu mesmo, quando se falava sobre isso esperava que a gente tivesse algo de concreto mesmo para tomar alguma atitude de fato.

Pode-se dizer que este conflito pode ser superado, pois percebeu-se que ocorreu a compreensão sobre o fato do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado pela instituição escolar deve girar em torno dos seguintes eixos:

❖ **Prevenção:** realizar a prevenção através de ações que instrumentalizem os docentes para a identificação de situações de riscos que possam propiciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e realizar

ações de formação de crianças e adolescentes com linguagem acessível sobre os direitos que elas possuem, a vivência de uma sexualidade saudável, entre outras temáticas relevantes;

- ❖ **Identificação:** fazer a identificação de casos e suspeitas de abuso e violência sexual contra crianças através de indicativos físicos, emocionais, psicológicos e de rendimento escolar;

- ❖ **Encaminhamento:** fazer o encaminhamento aos órgãos competentes suspeitas ou casos de violência sexual para minimizar possíveis consequências deste tipo de violência sexual;

- ❖ **Acompanhamento:** mediante ao encaminhamento de casos e suspeitas de abuso e exploração sexual, a escola precisa fazer o acompanhamento para que aquele acontecimento não possa prejudicar a vida escolar daquelas crianças e adolescentes.

É importante destacar a escola como um espaço que pode proporcionar o rompimento do “Pacto do Silêncio”, assim como Faleiros (2001) conceitua:

Verifica-se a frequente existência de pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, profissionais, que a encobertam, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome de fidelidades, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais e de justiça (FALEIROS, 2001, p. 18).

Romper este pacto é o primeiro passo para que possa ser rompido o ciclo da violência. Quanto à escola, ao assumir essa posição, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes poderá ser potencializado e, articulando esta ação da escola ao trabalho de outras instituições componentes da Rede de Proteção, muitas crianças e adolescentes podem deixar de sofrer essa violação de direitos com o passar dos anos.

4.4 Prospecção da sustentabilidade da prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na Escola Estadual Paulo Maranhão: entre limites e possibilidades

Para poder prospectar perspectivas de sustentabilidade de ações de enfrentamento pela Escola Estadual Paulo Maranhão após a realização do momento formativo e do momento reflexivo, foi marcado, mediante ao calendário escolar, um momento de prospecção através de um grupo focal para estabelecimentos de ações futuras e falar sobre as novas demandas formativas que surgiram após a formação no dia 23/11/2019. Participaram deste momento a direção da escola e mais 4

professores que estiveram durante os momentos formativos. E ele durou uma média de 1 hora e teve a seguinte estrutura:

Quadro 16 - Estruturação do 2º Grupo Focal

Eixo de discussão	Média de tempo de duração
Avaliação do momento formativo quanto à metodologia	15 minutos
Avaliação do momento reflexivo quanto à metodologia	15 minutos
Necessidades de novas formações	15 minutos
Prospecção de continuidade de ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	10
Encaminhamentos Finais	5 minutos

Fonte: Autoria própria (2019).

Sobre a avaliação do momento formativo e reflexivo, todos apontaram como satisfatório e aprovaram a metodologia utilizada que alternava entre conteúdo, vídeos, muita escuta e resolução de casos. Entretanto, lamentaram que nem todos os professores da escola não quiseram ou puderam participar. Esta ausência dos professores na formação e até a tentativa de um dos professores de deslegitimar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na fase de sensibilização contraria totalmente a recomendação apresentada por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 42) nos dá:

O professor deve ser visto, numa perspectiva que considera sua capacidade de decidir e de, confrontando suas ações cotidianas com as produções teóricas, rever suas práticas e as teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar... assim as transformações das práticas docentes, só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade.

Mediante a ausência dos professores, neste momento, me coloquei a disposição para que em outra data pudesse ministrar a mesma formação para os professores que, por algum imprevisto, não estiveram presentes, pois, dessa forma, a escola teria 100% do corpo docente sensibilizado e instrumentalizado sobre essa temática.

Do mesmo modo, os professores pontuavam que em muitos momentos da formação, lembrava-se sobre a violência sexual em com deficiência e das peculiaridades e da necessidade de uma formação dentro desse recorte do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, estima-se que exista em torno de 200 milhões de crianças e adolescentes com deficiência, incapacidades físicas, sensoriais, como cegueira e surdez, déficits intelectuais e transtornos mentais. E cerca de 10% da população jovem mundial até 19 anos nasceram com alguma deficiência ou a adquiriram ao longo do tempo. E, conforme dados da United Nations Children's Fund (UNICEF), apenas 3% das crianças com deficiência frequentam a escola.

Como a escola também recebe alunos com deficiência, foi sugerido planejar uma outra formação, ainda dentro da temática do enfrentamento da violência sexual, porém com crianças e adolescentes deficientes como vítima. Pontuou-se que ainda há pouca literatura sobre esse tipo de violência, já que ela é muito silenciada. No Pará, quem busca iniciar o debate é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através da Comissão de Proteção dos Direitos de Pessoas Com Deficiência, sendo assim, busquei o estabelecimento de uma parceria com este órgão para que fosse realizada esta formação.

A realização de uma formação específica para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes deste público em uma escola da rede pública de ensino estava de acordo com as recomendações feitas pela Convenção dos Direitos de Pessoas com Deficiência, realizada em 2006, em seu artigo 16:

Artigo 16 1. Os Estados Partes deverão tomar todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos de gênero.

2. Os Estados Partes deverão também tomar todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes deverão assegurar que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas.

3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, violência e abuso, os Estados Partes deverão assegurar que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam efetivamente monitorados por autoridades independentes (BRASIL, 2006).

Portanto, mediante a discussão desta pesquisa e a doutrina de proteção integral preconizada pelo ECA, atender esse público também é necessário (BRASIL, 1990). Então, juntamente com a direção da escola, ficou decidido que este novo

momento formativo acontecesse durante a jornada pedagógica antes do início do ano letivo de 2019, já que todos os professores estariam presentes.

Sobre continuar com ações de enfrentamento, inclusive expandindo para momentos formativos com os alunos, um dos professores afirmou o seguinte:

Queremos muito! Mas acho que a gente precisa de mais tempo de formação, apesar de que já me sinto bem mais confortável e segura para falar disso e agir principalmente, mas isso precisa ser constante, não só quando você estiver por aqui ou quando outra pessoa da UFPA propor alguma coisa parecida aqui na nossa escola, sabe?

Todos foram unânimes em concordar com a fala dessa professora, o que levou ao diálogo do grupo focal para a necessidade de ações de formação como esta, estarem presentes dentro de ações de políticas públicas da educação. Acerca disso, Imbernon (2009, p. 43) aponta que:

Não podemos, porém, evitar pensar que a formação permanente do professorado não pode se separar das políticas que incidem nos docentes se quisermos que ela seja viva e dinâmica (além de útil, é claro), temos de uní-la a uma carreira profissional ou estatuto da função docente que inclua incentivos profissionais [...].

Contudo, é viável, de forma permanente, alertar que somente a escola não consegue dar conta de todas as demandas que os alunos trazem. Os problemas sociais são complexos e muitas das vezes são resultados de toda uma construção social. No entanto, a escola é um eixo importante na humanização da educação como Arroyo (2013, p. 61) defende que:

É inadiável criarmos culturas, lógicas, estruturas escolares e profissionais que deem conta de processos de ensinar-aprender menos desumanos. A escola sozinha não reverte processos de desumanização da infância. Ao menos como espaço de igualdade poderá contribuir para legitimá-los e reforça-los. Quando buscamos outras lógicas, outras estruturas, os ciclos de formação por exemplo, buscamos ao menos tornar o tempo da escola mais humano. Essa tarefa é possível, está em nossas mãos em grande parte. Podemos colocar-nos como questão nuclear que ordenamento escolar, que organização dos tempos e espaços do nosso trabalho de trabalhadores da educação darão conta de uma escola que seja um centro do ensino-aprendizagem digno.

De fato, é necessário subsídio por meio de políticas públicas para que o enfrentamento da violência sexual possa se tornar algo orgânico e presente na prática escolar. São necessárias ações de formação contínua, tanto para o

professorado quanto para os agentes de outros setores da rede de proteção. E todos que estiveram presente naquele momento de diálogo concordaram com este ponto.

Nesse 2º grupo focal ficaram os seguintes encaminhamentos das ações da pesquisa e do meu relacionamento com a escola:

- ❖ Mobilização de parceria com a OAB para realização de formação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência para Jornada Pedagógica de 2019;

- ❖ A partir da formação da Jornada Pedagógica, realizar o planejamento de ações de enfrentamento da violência sexual com os alunos.

Logo depois, iniciei o processo de mobilização com a OAB, através da Comissão de Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por intermédio da Advogada Gisele Costa, que prontamente disponibilizou sua presença durante a formação e nas outras ações da pesquisa.

No entanto, ao tentar confirmar as datas com a direção da escola, fui surpreendentemente informada que a direção da escola havia sido mudada e que a formação prevista na Jornada Pedagógica tinha sido cancelada. Mesmo com o cancelamento, coloquei-me a disposição da nova gestão para, em outra data, dar continuidade nessa formação ou em outras, desde que a escola afirmasse que eu pudesse contribuir. A direção disse que assim que fosse possível, a escola entraria em contato para novo agendamento. Nesta conversa, observou-se que a parceria e colaboração conquistada no início daquele trabalho havia se encerrado ali.

Ao informar sobre o cancelamento aos professores colaboradores que estavam participando deste momento de colaboração, todos se mostraram decepcionados com a suspensão das atividades futuras pois se formou uma expectativa dos futuros passos da pesquisa. Eles acordaram que iriam tentar negociar com a direção uma nova data para que pudesse ser feita esta continuação de formação.

Mesmo diante deste cancelamento, ressalto que as ações da pesquisa colaborativa conseguiram instigar os professores que participaram dos momentos de formação e reflexão para a necessidade do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes para novas ações efetivas possam acontecer no futuro, agora, através de um processo endógeno de docentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: reflexões do movimento de pesquisar/colaborar

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que atinge um grande número de meninas e meninos. Este tipo de violência, na maioria dos casos é silenciado, pois atinge uma dimensão muito particular dos sujeitos, que é a sexualidade humana, podendo ocasionar sentimentos de vergonha e culpa nas vítimas. Por esse motivo, muitos casos não são denunciados. Essa violência pode ocasionar sequelas físicas e emocionais que podem permanecer durante toda a vida do sujeito.

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente é um esforço que precisa ser realizado por vários setores do Estado, tais como: Assistência Social, Segurança Pública, Saúde e Educação. Desse modo, sabe-se que a escola é um espaço estratégico para o enfrentamento da violência sexual quando os professores conseguem, através de sua prática, realizar ações de prevenção, conseguem identificar sinais de abuso e exploração sexual em seus alunos, fazem a denúncia e acompanhamento aos órgãos competentes e realizam o acompanhamento desses alunos vitimados.

Porém, para que esse enfrentamento ocorra é necessário que os professores sejam formados através de conhecimentos científicos dentro da temática para que possam realizar essas ações. E foi nesse sentido que esta pesquisa foi realizada, cujo objetivo geral era de “*Analisar o processo de formação dos professores da Escola Estadual Paulo Maranhão para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*”, por intermédio da metodologia da Pesquisa Colaborativa, ocorreram momentos de planejamento, sensibilização, formação e reflexão sobre a prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com os professores naquele espaço.

Os dados analisados foram coletados através da realização de grupos focais e de sessões de observação. As ações de formação de professores propostas pela pesquisa colaborativa foram avaliadas de forma satisfatória quanto sua metodologia e podem contribuir para o empoderamento dos professores dentro da temática, o que poderá subsidiar no futuro novas ações de enfrentamento por eles.

Como o movimento da pesquisa colaborativa é feito a partir das demandas da escola, no decorrer da execução da pesquisa foi inserido no planejamento uma formação sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

com deficiência, que iria ser realizada em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/PA. Contudo, antes da realização dessa atividade pesquisa, ocorreu a mudança de direção da escola e esta última ação foi cancelada pela nova gestão. Mesmo assim, 15 sujeitos, entre professores e funcionários foram alcançados pelas ações de formação realizadas. Porém, este imprevisto que ocorreu serviu como alerta para que as ações de formação continuada de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes precisam estar pautadas dentro das políticas públicas educacionais para que sejam sustentáveis e façam parte, organicamente, no cotidiano escolar.

Por muito tempo, a escola foi um local passivo da produção do conhecimento científico. E dentro dessa produção, na maioria das vezes, a escola recebia críticas por não executar as papéis atribuídos a ela. Foi um desafio pensar e executar em uma proposta de investigação fora dos moldes em que a ciência da educação historicamente se estabeleceu e propor a metodologia colaborativa, que é incompreendida por muitos. Lançar mão da pesquisa colaborativa nesse contexto foi uma aposta positiva, pois ela possibilitou que a escola participasse de forma ativa e fundamental de todos os processos da negociação, ajustes e demandando necessidades de formação durante a temática.

É preciso compreender que em nenhum momento esta pesquisa vislumbrou mudar radicalmente os dados de violência sexual daquela comunidade durante sua execução, até por que é notório que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é algo estrutural e histórico em nossa sociedade e demanda forças de outros setores e instituições da sociedade, e não somente da escola.

Ressaltar que a formação não acaba na formação, haja vista que durante esses momentos surgiram novas demandas e necessidades de estabelecimento de parcerias, até pelo fato de que como já mencionado anteriormente, a escola sozinha não faz este tipo de enfrentamento e de nenhum outro tipo de violência.

Conseguimos fazer com que os professores pudessem se perceber dentro de algo maior além dos muros da escola e de seu trabalho diário dentro das salas de aula. Conseguimos também que eles se reconhecessem dentro de uma Rede de Proteção e reconhecessem que há necessidade de fazer um trabalho conjunto com outros setores. Além disso, Reafirmamos nosso papel como educadores e na formação integral dos sujeitos. Reconhecemos que o enfrentamento das violações

de direitos, neste caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, é algo inerente e indissociável da nossa prática educativa.

Aprendemos, mudamos de opinião, reconhecemos nossas falhas em casos que, por ventura, nos omitimos por diversos motivos e compartilhamos práticas exitosas. Entendemos que a escola é um espaço primordial de proteção, a defesa e garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, desmistificamos inverdades do senso comum que chegam até nós através de uma sociedade classista e machista. E, ainda, assimilamos que uma postura equivocada ou pouco acertada pode trazer muito sofrimento na vida de nossos alunos e que uma prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela escola e na escola precisa ser consciente e planejada e não pode ser vista com uma data folclórica somente dialogada nesse espaço no 18 de maio, mas sim uma prática constante, pois os dados são alarmantes e demandam medidas urgentes.

Iniciamos um movimento que fez com que aqueles professores possam multiplicar informações em todos os espaços educativos. Para alguns foi uma experiência diferente em não ver alguém fazendo simplesmente um treinamento e apontando críticas dentro de sua prática e sim ver alguém todo tempo falando: “O que podemos fazer diante desta situação?” ou “Como podemos, dentro de nossas atribuições, executar um papel protetivo?”.

Particularmente, foi um exercício diário assumir uma postura dentro de uma proposta colaborativa por tudo o que é atribuído ao fazer científico. Compreendi que o processo educativo é um organismo vivo e que o fazer educação necessita de todos.

Novamente, ressalto que para que tudo isso relatado possa ter sustentação é necessário que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes seja pautado dentro das políticas públicas educacionais para que uma prática de enfrentamento não sempre venha partir de um agente externo. Os sujeitos da escola precisam estar subsidiados emocionalmente e tecnicamente para assumir esse papel. Ações propostas através da metodologia colaborativa precisam ser incentivadas, pois, a relação estabelecida entre escola pública e universidade pública é indissociável. Não são duas instituições que competem por recursos e precisam ter uma relação igualitária, de parceria e de trocas de experiências e aprendizados.

Por fim, diante um contexto tão incerto, no qual ataques de desmonte à práticas que promovam uma educação crítica, emancipatória e de proteção, defesa e garantia dos Direitos Humanos Básicos de meninos e meninas, a execução desta pesquisa foi a reafirmação da compromisso da Universidade com a Escola Pública. Ao passo que, a pesquisa foi além dos seus objetivos já pré-estabelecidos, serviu para constatar que de alguma forma os professores tem capacidade de realizar práticas de enfrentamento aos diversos tipos de violência, estão sensíveis ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e exigem que o Estado, por intermédio de políticas públicas, possa embasar mais ações como esta aqui proposta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o Currículo**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ARROYO, Miguel. **Imagens Quebradas, Trajetórias e tempos de Alunos e Mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. **Ofícios de Mestre, Imagens e Autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. SP: Robe, 1995.

BARBOSA, G. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola - um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)**. 2016. 251 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.

BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém**, 2010.

BRANDÃO, Carlos Henrique. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Dezembro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.525 de 25 de setembro de 2007**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997. <http://portal.in.gov.br/>. Acesso em: 25 Set. 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Epidemiológico**. Brasília, 2018

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência República. **Relatório Disque Direitos Humanos: Módulo Criança e Adolescente**. Brasília-DF, 2017. Acessado em: 03/01/18.

BOGDAN, RC; BIKLEN, SK. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

CANÁRIO, Ruy. **O que é a escola? Um olhar sociológico**. Porto: Editora Porto, 2005.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DA UFPA. Aprova o **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB)**, em nível de Mestrado Acadêmico. Resolução N. 4.721, de 24 de Setembro de 2015.

CURY, Carlos. R. J., **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I.O **planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALEIROS, Vicente. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder da desigualdade e do imaginário**, cap. I. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

FALEIROS, Vicente; FALEIROS, Eva. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. MEC/SECADI: Brasília, 2007.

FALEIROS, Vicente. **Circuito e Curtos-Circuitos no Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes no Distrito Federal**. CECRIA, 2001

FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Inovação, mudança e cultura docente**. Brasília: Líber Livros, 2006.

FERREIRA, M. S. **Buscando caminhos: uma metodologia para o ensino-aprendizagem de conceitos**. Brasília: Liberlivro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GUEDES, Leonildo Nazareno. **A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2012. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAZEU, Marcel. **Direitos sexuais da criança e adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento República de Emaús. Belém: Sagrada família, 2004.

HENRIQUES, Ricardo; FIALHO, Leandro; CHAMUSCA, Adelaide. **Proteger para educar: A escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes** (Cadernos Secad 5). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), 2007.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IBIAPINA, Aricelma Costa. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento**. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação.

IBIAPINA, I. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro, 2008.

LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual.** – São Paulo: Cortez. – (Coleção educação e saúde; v.4), 2011.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezelo. **Grupos de foco: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo sistema de Bibliotecas da USP.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2003.

LEAL, Cleumir Pereira. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA.** 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ética, 1995.

LIRIO, Flávio. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA.** 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-graduação em Educação.

LIRIO, Flávio. **A escola pública e a política de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente.** In: edlauva oliveira dos santos; érica joyce rodrigues cavalcante. (Org.). Escola que protege enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes. 1ed.boa vista: editora da UFRR, 2014, v. 1, p. 15-38.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, M. C. C; LIBERALI, F. C. **A formação crítico-colaborativa de educadores: a "vida que se vive" - uma complexa escolha metodológica.** In: BALDI, E.M. B.; PIRES, G. N. da L.; SALONILDE, M. S. Políticas educacionais e práticas educativas. Natal: EDUFRN, 2011.

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1994.

MINAYO, M.C.S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Fernanda Pimentel Faria de. **O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores**. Dissertação (Mestrado em Educação Social) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá-MS, 2011. 268p.

NININ, M. O. G. **Pesquisa e formação na perspectiva crítico-colaborativa**. In: MAGALHÃES, M. C.; FIDALGO, S. (Org.). Questões de método e de linguagem na formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p.187-209.

OLIVEIRA, M.L.M. et al. **Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência: Redes de Atenção – A Experiência de Goiânia**. In: LIMA C.A. (Coord.) et al. Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

OLIVEIRA, Betty. (Org.) **Socialização do saber escolar**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

ONU. **Declaração de Estocolmo**. Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Estocolmo, 1996

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PANCERA, Osmar. **A práxis artístico-cultural da ONG Rádio Margarida: uma história de linguagens artísticas e meios de comunicação social**. Belém: EDUFPA, 2009

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil**. Campinas, SP: Cortez, 2001.

PARÁ. Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 2014-2016 – Pará**. Disponível em: <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Plano%20versao%201808.pdf> Acesso em: 30 Set. 2017.

PRIORE, Mary Del (org). **História Social das Crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SANTOS, Benedito dos. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília : MEC, 2011.

SANTOS, J. O.de C. MAGALHÃES, M. C. C. **Padrões de colaboração nas relações entre alunas e professora em sala de aula na discussão sobre o gênero “notícia”**. In: IBIAPINA, I.M.L.de M.; BANDEIRA, H.M.M.; ARAÚJO, F.A.M. (Orgs.). Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes. Teresina/Piauí: EDUFPI, 2016.

SANTOS, Maradei. **Informações sobre as ações de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes desenvolvidas pela escola Paulo Maranhão**. Conversa via oralidade com objetivo de coletar informações da escola para viabilidade do lócus da pesquisa em pesquisa exploratória, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SIERRA, V.M.; MESQUITA, W.A. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>


SILVA, Tomaz Tadeu da. **Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política**. In: FERRETI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 75-84..

TEIXEIRA. S. M. F. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.


VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXOS


ANEXO A – Momento da sensibilização no planejamento da Semana Pedagógica da Escola Paulo Maranhão de 2018


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 07 – SEDUC NA ESCOLA – EEEF PAULO MARANHÃO
eeefpaulomaranhao@yahoo.com.br
telefone 32291848

PROGRAMAÇÃO DE EXPEDIENTE JANEIRO/FEVEREIRO2018	
Dias	Setor PROFESSORES
16	JORNADA PEDAGÓGICA 8H ABERTURA 9H PALESTRA: “ A Educação Especial e Inclusiva direcionada a Pessoa com Deficiência Intelectual” – MsC Elizete Lobato de Alexandria 12H INTERVALO 14H PALESTRA: “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente” – MsC Nayara Chaves de Lima/PPEB – UFPA
17	8H ABERTURA 9H PALESTRA: “Deficiência Auditiva” – Prof. (a) Simone Viana 12H INTERVALO 14H AVALIAÇÃO2017 E PLANEJAMENTO2018
18	1830H FORMATURA OBS: OS PROFESSORES SERÃO DISPENSADOS NOS TURNOS DA MANHÃ E TARDE PARA SE FAZEREM PRESENTES NA SOLENIDADE DE FORMATURA.
19	INÍCIO DO RECESSO DOS PROFESSORES
20	Sábado
21	Domingo
22	RECESSO
23	RECESSO
24	RECESSO
25	RECESSO
26	RECESSO
27	Sábado
28	Domingo
29	RECESSO
30	RECESSO
31	RECESSO
01	RECESSO
02	FIM DO RECESSO DOS PROFESSORES
03	Sábado
04	Domingo
05	INICIO DO ANO LETIVO DE 2018 730H/1330H - APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR A COMUNIDADE: <ul style="list-style-type: none"> • FALA DO DIRETOR • APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE GESTÃO ESCOLAR, DOS PROFESSORES, DA SECRETARIA, DA EQUIPE DE APOIO E DOS PORTEIROS. • ABERTURA PARA INTERVENÇÕES DA COMUNIDADE. • CONSIDERAÇÕES FINAIS 10H/16H ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO POR DISCIPLINA. REUNIÃO COM OS PROFESSORES: MARÇO/2018(previsão)

ANEXO B – Declaração de realização do momento de sensibilização

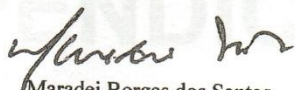
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 07 – SEDUC NA ESCOLA – EEEF PAULO MARANHÃO
eeefpaulomaranhao@yahoo.com.br
telefone 32291848



Belém, 16 de Janeiro de 2018.

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Declaramos para os devidos fins que MsC Nayara Chaves de Lima / PPEB-UFPA, ministrou na Jornada Pedagógica 2018 a palestra – “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, às 14:00h, neste dia, em nossa unidade de ensino.


Maradei Borges dos Santos
Diretor EEEF Paulo Maranhão.

Maradei Borges dos Santos
DIRETOR
PROTARIA 7064/2016
E.E.F. PAULO MARANHÃO

APÊNDICES

APÊNDICE A- Apresentação da Proposta de pesquisa para Escola e Professores

Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica
Linha de Pesquisa: Currículo
Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Mestranda: Nayara Chaves de Lima
Grupo de Estudos INCLUDERE

Proposta de Pesquisa

Tema da Pesquisa: Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela Escola Básica

Lócus da Pesquisa: Escola Estadual Paulo Maranhão

Objeto de pesquisa: Ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

Questões de Investigação:

1. Como ocorreu o processo de implementação das ações de enfrentamento das ações colaborativas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na escola?
2. Quais ações foram implementadas pela comunidade escolar para a promoção do enfrentamento deste tipo de violência?
3. Qual avaliação dos resultados das ações de enfrentamento que foram adotadas pela escola?

Tipo de pesquisa: Colaborativa

A adoção desse tipo de pesquisa será feita pelo fato que o pesquisador dentro da pesquisa colaborativa pode atuar de forma paralela na pesquisa do fenômeno e também na formação dos sujeitos envolvidos no local que no caso proposto, poderei atuar dentro do processo de implementação no currículo das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, planejando e estruturando de forma colaborativa com a escola todas as ações necessárias para que esse processo de implementação seja efetivado.

Instrumentos de coletas de dados:

- Grupo focal
- Observação

APÊNDICE B – Roteiro 1º Grupo Focal

Eixo de discussão	Média de tempo de duração
Elucidação sobre o que é um grupo focal e objetivo, breve apresentação da pesquisa, e identificação dos participantes.	10 minutos
Vamos supor que uma aluna relatou está sendo abusada sexualmente por algum familiar, o que vocês fariam aqui dentro da escola?	15 minutos
O que vocês acreditam que os profissionais de educação precisam saber para que o enfrentamento da violência sexual ocorra?	15 minutos
Como podemos fazer com que os demais professores pudessem participar de uma formação sobre a temática?	20 minutos
Encaminhamentos Finais	5 minutos

APÊNDICE C- Planejamento Momento de Sensibilização

Dia: 14/01/2018

Horário: 14h às 17h.

Objetivos:

4. Minha apresentação para o corpo docente e apresentação da pesquisa e seus objetivos;
5. Explanar sobre a importância de se discutir sobre essa temática dentro da escola com os professores e alunos;
6. Sensibilizar os docentes para a participação na pesquisa e como ela poderia colaborar com a escola.

Conteúdos:

- Conceitos e tipificações gerais da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Indicativos da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- O papel da escola e do professor no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Recursos:

- Apresentação em slides com os conceitos sobre violência sexual;
- Vídeo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência “Cara a cara com a Jô”, em formato de entrevista produzido pela ONG Rádio Margarida, com financiamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011);
- Cena do filme nacional “Anjos do Sol” (2006) que trata sobre o tráfico de pessoas com fim de exploração sexual de meninos e meninas;
- Documentário “A ira de um anjo” (1989), que apresenta o caso da menina americana Beth, que desenvolveu uma desordem emocional e traços de sociopatia advindos de abuso sexual cometido pelo pai biológico até os 2 anos de idade.

APÊNDICE D – Planejamento do Momento de Formação

Dia: 28/08/2018

Horário: 8h às 18h

Objetivos:

- Empoderar os professores através de conhecimentos científicos sobre o empoderamento da violência sexual contra crianças e adolescentes para que eles possam realizar ações de enfrentamento na escola.

Conteúdo:

- **Conceitos e definições:** Apresentação dos conceitos de criança, adolescente, violência, violência sexual contra crianças e adolescentes, abuso sexual, abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual extrafamiliar, abuso sexual com contato físico, abuso sexual sem contato físico e suas especificidades, exploração sexual e suas especificidades, incesto, pedofilia, entre outros;
- **Mitos e realidades: Desmistificação das afirmações do senso comum sobre a temática.** Diálogo sobre como a violência sexual contra crianças e adolescentes consegue atingir todos os níveis econômicos, culturas, raças e classes da sociedade, a inexistência de um perfil físico, de gênero, de classe, de renda, de orientação sexual que possa ser estabelecido ao abusador, que nem sempre a violência sexual está relacionada com agressão física, que a maioria dos casos de violência sexual ocorre dentro do seio familiar das crianças e adolescentes, entre outros;
- **Níveis de Prevenção:** Apresentação dos níveis de prevenção da violência contra crianças e adolescentes (primária, secundária e terciária) e identificado em qual nível a escola precisa se enquadrar (primária);
- **Atribuições dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes:** Apresentação do papel de todos os profissionais na proteção e garantia de direitos de todos como competência de suas profissões.
- **Indicadores da violência sexual:** Exposição de indicadores físicos, emocionais, psicológicos e comportamentais que podem ser sinais de que a criança ou o adolescente possa estar sofrendo algum tipo de violência sexual;

- **Escola como espaço de proteção, papel da escola e do professor como agentes de proteção:** Identificação das potencialidades da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes dentro da Rede de proteção.
- **Formação de professores sob a perspectiva dos direitos humanos:** Compreensão da necessidade de potencializar a formação dos professores da formação inicial a formação continuada para que os direitos humanos de meninas e meninos possam ser protegidos;
- **Aspectos legais, leis de proteção à criança e ao adolescente, denúncia e responsabilidade do professor:** Foram apresentados trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal que evidenciam esse papel ao profissional da educação;
- **Formas de encaminhamento:** Meios de se fazer uma denúncia de um caso/suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes e os encaminhamentos dados pelas instituições que fazem parte da Rede de Proteção dos direitos de meninas e meninos;

APÊNDICE E – Planejamento do Momento Reflexivo

Dia: 10/09/2018

Horário: 14h às 16h

Objetivos:

- Criar estratégias para realizar ações de enfrentamento a partir das situações motivadoras através de casos fictícios de suspeitas ou confirmações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Casos Fictícios:

Caso 1: Menina, 10 anos. Tem várias faltas, sempre aparece com o uniforme sujo e aparenta não tomar banho. A professora já reparou que possui hematomas que provavelmente seriam de uma agressão física e detectou que a relação familiar é violenta e que passam por necessidades financeiras constantemente.

Caso 2: Menina, 11 anos. Mudou de humor repentinamente, hoje é triste e não socializa como antes. O professor reparou que a aluna não pega mais o lanche ofertado pela Merenda Escolar. A coordenação pedagógica já conversou com ela e ela disse que não há nada acontecendo, porém a professora de Educação Física percebeu marcas de cortes em seu braço sugerindo auto-fragelação e que ela não quer mais participar das atividades físicas como antes.

Caso 3: Adolescente do sexo masculino, 15 anos, de família humilde, aparece com roupas, sapatos e relógios de marca, sempre chega atrasado pois não consegue acordar cedo devido ao sono e confidenciou ao professor da sala de informática que contraiu uma IST (Infecção sexualmente transmissível).

APÊNDICE F - Roteiro 2º Grupo Focal

Eixo de discussão	Média de tempo de duração
Avaliação do momento formativo quanto à metodologia	15 minutos
Avaliação do momento reflexivo quanto à metodologia	15 minutos
Necessidades de novas formações	15 minutos
Prospecção de continuidade de ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	10
Encaminhamentos Finais	5 minutos